



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSO EM GEOGRAFIA**

MARIA AMÁBILI ALVES DE CASTRO

**TRAMAS E DRAMAS NO URBANO.
O PROJETO RENASCER EM DOURADOS-MS E O PROCESSO DE
REPRODUÇÃO SOCIOESPACIAL**

Dourados - 2009

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSO EM GEOGRAFIA**

MARIA AMÁBILI ALVES DE CASTRO

**TRAMAS E DRAMAS NO URBANO.
O PROJETO RENASCER EM DOURADOS-MS E O PROCESSO DE
REPRODUÇÃO SOCIOESPACIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria José Martinelli Silva Calixto

Dourados - 2009

MARIA AMÁBILI ALVES DE CASTRO

**TRAMAS E DRAMAS NO URBANO.
O PROJETO RENASCER EM DOURADOS – MS E O PROCESSO DE
REPRODUÇÃO SOCIOESPACIAL**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e Orientadora: Maria José Martinelli Silva Calixto

2º Examinador: Arthur Magon Whitacker

3º Examinador: Jones Dari Goettert

Dourados, 31 de agosto de 2009.

*À Prof^a Dr^a Maria José Martinelli S. Calixto, pela
paciência, dedicação e amizade.*

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Doutora Maria José Martinelli Silva Calixto, pela paciência, seriedade e profissionalismo na condução deste trabalho;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pelas contribuições acadêmicas, em especial ao Jones Dari Goettert pelas contribuições à minha pesquisa;

Aos meus colegas do mestrado pelos momentos de companheirismo dedicado;

À minha família, por fornecer a base necessária para buscar vencer os desafios impostos;

Ao amigo Ataulfo Alves Stein Neto, pelas contribuições e ajuda prestada nos trabalhos de campo;

Ao amigo e Professor Marcos Coelho Cardoso, pela valiosa ajuda nas entrevistas a campo no conjunto Estrela Porã e pela dedicação nas correções desta pesquisa;

Aos moradores dos conjuntos Estrela Porã I, II e III e Estrela Yvatê, pelos depoimentos prestados;

Aos amigos do Grupo de Estudos do LEUA pelo companheirismo nos debates acerca da cidade e do urbano, em especial, Bruno Moreno, João Paulo Marin, Hamilton Romero e Francisco Queiroz.

Ao amigo Marcos Geraldini pela valiosa ajuda na elaboração dos mapas.

Aos servidores públicos da Secretaria de Serviços Urbanos pelo fornecimento de material para pesquisa e, em especial ao Jorge Hamilton Torraca pela entrevista concedida.

“As intervenções não deveriam ocorrer sem considerar o valor que os lugares têm como referência para as pessoas, que lhes dá um sentido de pertencimento a um território, com base em sua cultura e em sua história – esses referenciais vinculam o cidadão ao lugar e criam identidades variadas (não necessariamente uma identidade nacional). Visto desta forma, o patrimônio cultural vincula-se à condição de qualidade de vida e de cidadania do amor pela própria história”.

Lia Motta

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE QUADROS	8
RESUMO	09
<i>ABSTRACT</i>	10
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM DOURADOS-MS	20
CAPÍTULO 2 – O PROJETO RENASCER: SIGNIFICADOS E DESDOBRAMENTOS	38
CAPÍTULO 3 – DO DISCURSO DA INCLUSÃO À REALIDADE DA EXCLUSÃO VIVIDA	77
CAPÍTULO 4 – A DIMENSÃO DO LUGAR NA ANÁLISE DO VIVIDO: TRAJETÓRIAS E LEITURAS	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
ANEXOS	115

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Área de atuação do Projeto Renascer	12
Figura 2 – Localização do município de Dourados-MS	13
Figura 3 – Localização dos conjuntos habitacionais implantados	28
Figura 4 – Área de Remoção	43
Figura 5 – Área Receptora	60
Figura 6 – Avaliação da população sobre a remoção	68
Figura 7 – Formas de ocupação da localidade anterior	73
Figura 8 – Tipo de auxílio que recebem do governo	73
Figura 9 – Pessoas que trabalham na família	74
Figura 10 – Renda mensal de cada família	74
Figura 11 – Perfil socioeconômico das famílias removidas	84
Figura 12 – Grau de escolaridade das famílias removidas	85
Figura 13 – Número de pessoas residentes por casa	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Projetos e programas habitacionais implantados	30
Quadro 2 – Programa de subsídio à habitação	31
Quadro 3 – Áreas de ocupação “Irregular”	32

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo analisar o processo de reprodução socioespacial ocorrido nos conjuntos habitacionais Estrela Porã I, II e III e Estrela Yvate (Projeto Renascer), construídos para receber 409 famílias removidas de uma área favelizada ao longo do Córrego Água Boa (Dourados-MS), pois, em períodos de chuvas, essas famílias sofriam com as inundações. A área era imprópria para morar devido à poluição do córrego que recebe parte do esgoto do município e por se tratar de uma área de fundo de vale. Em 2005 as famílias que residiam às margens do referido córrego começaram a ser removidas para uma parte alta, porção oeste da cidade, onde se encontram os novos conjuntos habitacionais citados acima. Buscamos analisar como se deu o processo de reprodução das relações sociais no novo lugar, uma vez que, por se tratar de uma área construída pelo poder público (padronizada com um número expressivo de residências idênticas, uma ao lado da outra) não houve o processo de construção espaço-tempo, tendo como característica uma morfologia imposta, não possuindo a rede de significados que a localidade anterior possuía. É, nesse sentido, que buscamos compreender como se deu o processo de identificação do indivíduo com a nova localidade, desde a relação com a vizinhança e, principalmente a relação pertencimento/estranhamento e, considerando essa perspectiva, o lugar será tomado como categoria de análise. Buscamos também avaliar os mecanismos adotados por essa população para reconstruir parte dos referenciais de vida perdido por meio da remoção, pois o desafio dessa população é de construir uma nova localidade que atenda os seus anseios e necessidades. Diante destas contradições avaliamos que as transformações urbanas impostas pelo poder público modificam os usos e o sentido do espaço como reprodução da vida, redefinindo as relações sociais.

Palavras-chave: Lugar, indivíduo, espaço urbano, poder público, política de remoção.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the process of reproduction occurred in the socio-housing Pora Star I, II and III and Star YVAT (Project Rebirth), built to accommodate 409 families removed from a slum area along the Good Water Creek (Dourados-MS), because in the rainy season, these families suffered from the floods. The area was unfit to live because of pollution of the stream that receives part of the sewage of the city and because it is an area of valley bottom. In 2005 the families who lived on the banks of that stream started to be removed to an upper, west of the city, where new housing developments cited above. We look at how to set the process of reproduction of social relations in the new place, since, as this is an area built by the public (standard with a significant number of identical houses, one next to each other) no process construction of space-time, with a characteristic morphology imposed, not having the network of meanings that the previous location had. We have, therefore, we seek to further our understanding of the process of identification with the new location, since the relationship with the neighborhood and especially the relationship belonging / alienation and, given this perspective, the place will be taken as an analytic category . We have also sought to evaluate the mechanisms adopted by the population to rebuild some of the benchmarks of life lost by the removal, because the challenge of this population is to build a new location that meets their expectations and needs. Faced with these contradictions we conclude that the urban transformations imposed by the government modify the uses and meaning of space as the reproduction of life, redefining social relations.

Keywords: Place, individual, urban, public policy, removal.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata da evolução do pensamento iniciado na graduação, que resultou no trabalho “Produção Habitacional e Inclusão Social: o Projeto Renascer e o poder público municipal na produção habitacional em Dourados-MS (2001-2004)”¹, e tem, no presente momento, o por objetivo analisar o processo de reprodução socioespacial nos conjuntos Estrela Porã I, II e III e Estrela Yvatê (**Figura 01**), em Dourados-MS (**Figura 02**), construídos para receber 409 famílias removidas de uma área favelizada, ao longo do córrego Água Boa – Projeto Renascer. O Projeto Renascer foi elaborado em parceria com o Ministério das Cidades, via programa HBB², e o poder público municipal, visando atender a população que vivia ao longo do córrego Água Boa. O projeto

¹ Trabalho defendido na UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em 2006.

² Habitar Brasil Bird. (Bird- Banco Interamericano de Desenvolvimento). O programa HBB-Dourados/MS foi financiado pelo Ministério das Cidades, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), e contrapartida do Estado e do município, totalizando investimentos de aproximadamente R\$ 9.724 milhões.



FIGURA 1
DOURADOS 2009
ÁREA DE ATUAÇÃO DO PROJETO RENASCER

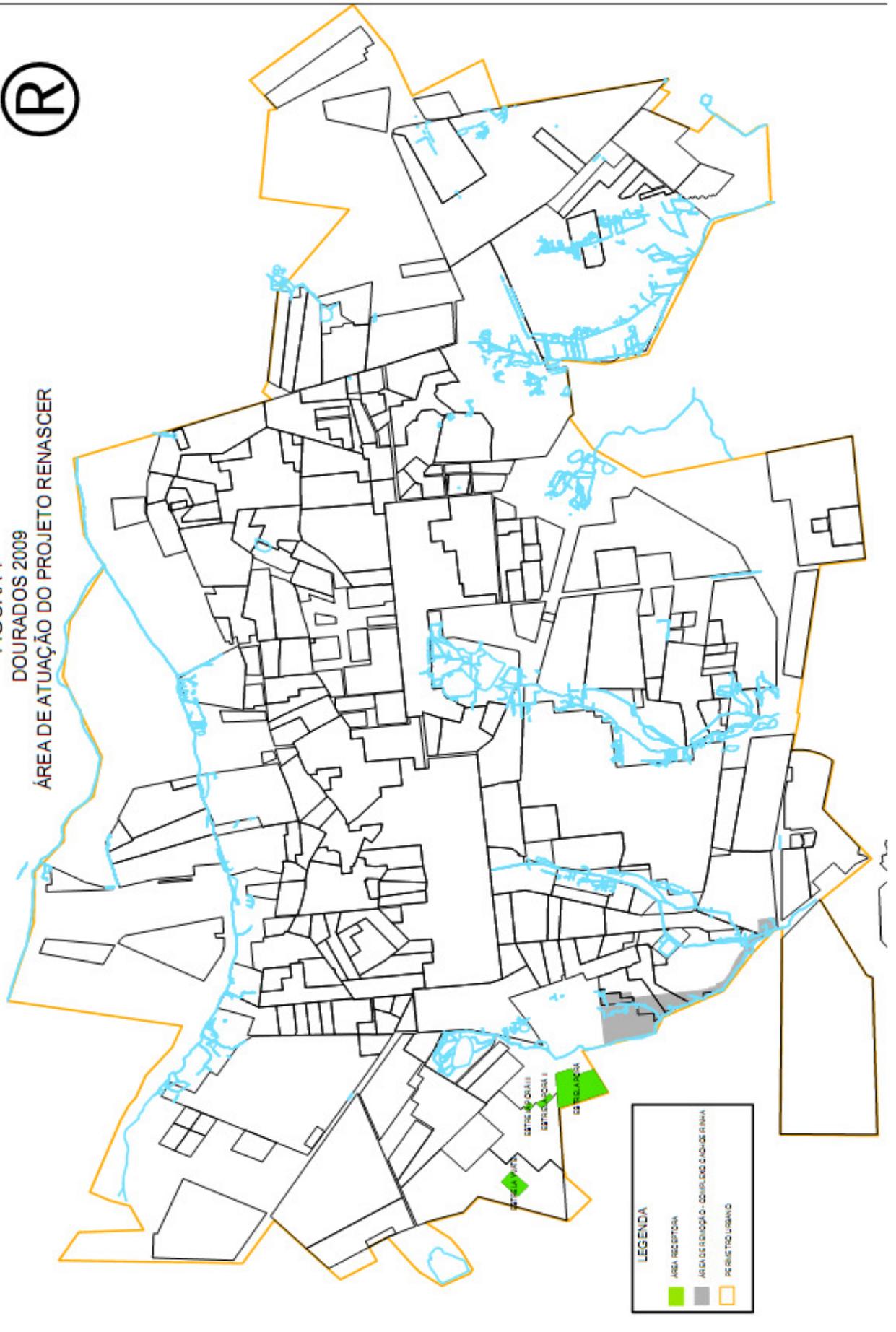
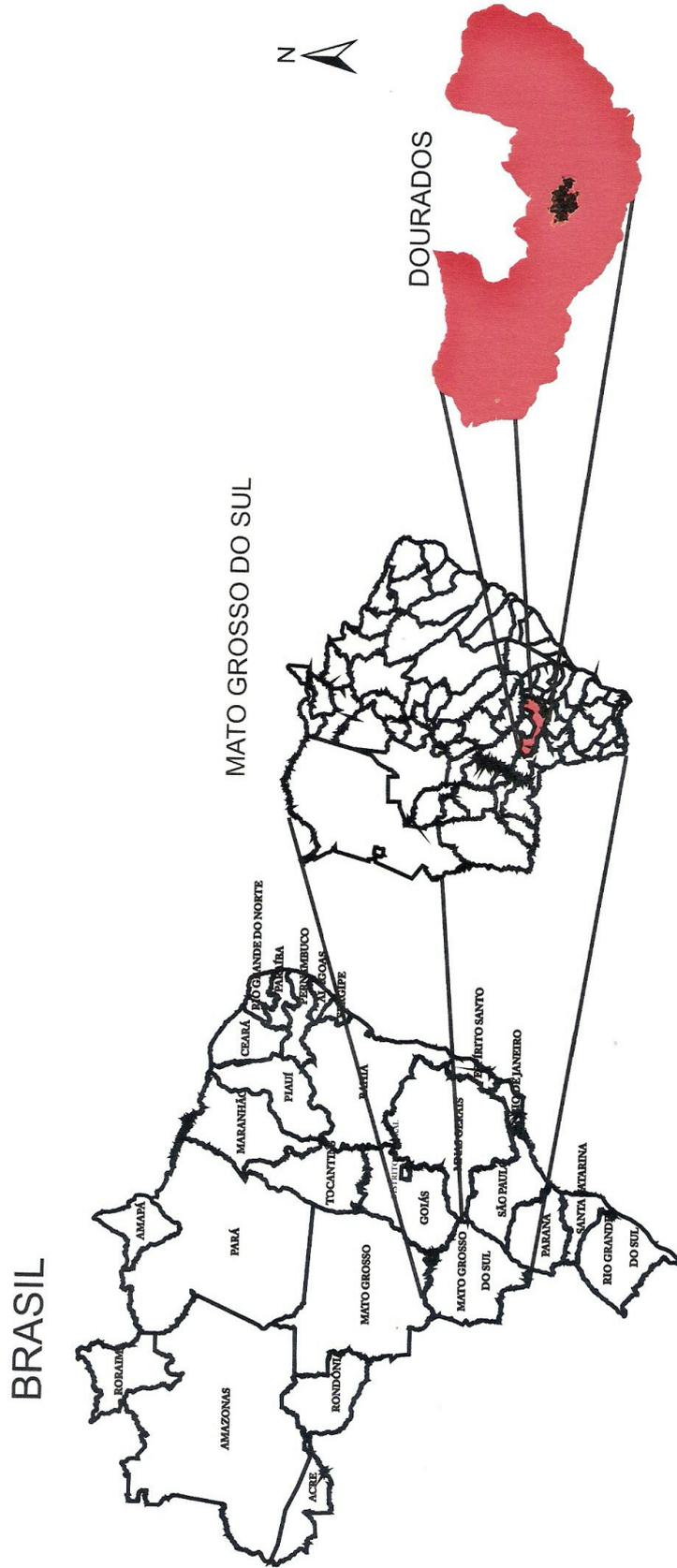


FIGURA 2

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DOURADOS-MS / 2009



FONTE: SEPLAN - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

objetivou a remoção de 409 famílias mais atingidas, em época de chuvas, com as inundações, para uma área nas proximidades do loteamento Parque do Lago (porção oeste da cidade). A área era imprópria para morar devido à poluição do córrego que recebe parte do esgoto do município e por se tratar de uma área de fundo de vale. Em 2005 as famílias que residiam às margens do córrego Água Boa começaram a ser removidas para os novos conjuntos habitacionais, Estrela Porã I, II e III e Estrela Yvatê. As peculiaridades desse projeto nos instigaram desde o início de sua implantação. Por se tratar de um projeto piloto no estado de Mato Grosso do Sul, e pela sua área de abrangência, motivou-nos desde o começo a pesquisar e a entender os meandros que levaram a elaboração de um projeto desta envergadura.

Buscamos a princípio, junto com o poder público municipal o acompanhamento das fases de implantação do projeto. Coletamos todo o material disponível na antiga Agência de Habitação de Dourados, hoje, Superintendência de Habitação, que pudesse nos auxiliar em um norteamento para a pesquisa. Foi montada próxima a área de remoção uma equipe que cuidou do cadastramento das famílias, da assistência e conscientização para a remoção, assim, quando os trabalhos iniciaram-se, muitas pessoas não acreditaram que uma iniciativa de tal envergadura fosse realmente acontecer. Muitos inclusive, não deram importância aos trabalhos realizados de início. Reuniões de conscientização³ foram feitas com a população, sobre a importância da remoção para a melhoria da qualidade de vida e a importância de cooperarem com os trabalhos realizados pela prefeitura municipal.

³ O discurso base do poder público era a qualidade de vida em relação ao lugar, pois o lugar na qual essas famílias moravam não possuía nenhuma condição de moradia, conforme veremos mais adiante.

No entanto, nem tudo foi tão simples quanto se esperava. Houve muita resistência à remoção por parte de algumas famílias, principalmente no que diz respeito ao apego ao lugar e a sua casa. Isso porque, por mais dificultoso que pudesse parecer ser viver naquelas condições consideradas precárias, para alguns, o lugar tinha um valor inestimável, pois foi conquistado com muito sacrifício. Era ali que, mesmo na precariedade, todas as relações se davam, relações com a vizinhança, com a escola, com a igreja, enfim, era naquele lugar que as relações cotidianas se concretizavam, se manifestavam, ou seja, o lugar é carregado de sentidos e significados, é onde as pessoas se identificam com sua própria existência. É importante considerar as relações que os indivíduos estabelecem com o lugar habitado, “o ponto de vista do habitante, para quem o espaço se reproduz enquanto lugar, onde se desenrola a vida em todas as suas dimensões” (Carlos, 2001, p.65).

Foi a partir dessas contrações, entre o poder público e as famílias, que nos orientamos para a pesquisa, partindo da metodologia de entrevistas com essas famílias. Procuramos dar “voz” a essas famílias, entender suas vivências a partir do cotidiano e das relações que as mesmas estabelecem com o lugar e com os próprios indivíduos.

O entendimento do espaço geográfico enquanto produto histórico-social remete-nos a perspectiva de análise a partir das relações sociais e sua materialização no espaço, ou seja, o espaço é produto das relações sociais articulando a relação dialética espaço-tempo, alicerçada no plano do vivido, o que aponta-nos para a importância da análise do uso do espaço e a vida cotidiana. O uso do espaço revela a essência do processo social. O cotidiano é a manifestação do vivido, da existência social, em suas particularidades, em cada

modo de apropriação espacial. “... uso do espaço, do tempo, do corpo, essencialmente porque abrigam dimensões da existência, os sentidos da vida: o prazer, o sonho, o desejo, o riso!” (SEABRA, 1996, p.71).

O uso do espaço não se faz sem o emprego de tempo e, as formas de reprodução das relações sociais se realizam através da apropriação do espaço, ou seja, na dimensão da vida. A esse plano, liga-se o habitante e o lugar de moradia, onde se realiza a reprodução da vida humana e as relações estabelecidas em torno da casa-rua-bairro, constituindo uma identidade habitante-lugar. Os lugares ganham sentido por intermédio da apropriação realizada pelo corpo, mediadas pela prática socioespacial.

Assim, buscamos analisar no contexto da remoção, como se deu o processo de reconstrução socioespacial, no novo lugar, uma vez que não houve a construção de uma morfologia⁴ espacial calcada na relação espaço-tempo como obra da vida humana, tendo como resultado uma morfologia imposta. O processo de remoção impõe uma nova ordem socioespacial, novos valores, novos comportamentos, que muitas vezes não se identificam com a realidade antes vivida, causando a sensação de estranhamento entre o indivíduo e o lugar.

Considerando este contexto e, que o espaço é produto das relações sociais realizadas pela determinação do tempo no modo de apropriação do espaço, observamos que ocorreu no processo de remoção ocorreu em partes, à perda dos referenciais de vida, perdeu-se a noção de “reprodução social do espaço” continuada, contribuindo para a crise de valores sociais, pois a “(re)produção da vida e do lugar revela a necessidade de sua reprodução continuada” (CARLOS, 2004, p.47).

⁴ Usamos o conceito morfologia apenas como termo.

Dessa forma, analisaremos nesta pesquisa a ação do poder público no processo de reprodução do espaço urbano de Dourados dentro de suas estratégias de atuação, exercendo seu poder como agente possuidor da técnica e planejamento, legitimando sua ação/intervenção no modo de pensar a cidade, aprofundando ainda mais as contradições dentro do espaço urbano e fragmentando a relação cotidiano-lugar-indivíduo. É considerando essa perspectiva que o lugar será tomado como categoria de análise.

Vale destacar que a proximidade com o objeto de pesquisa e com a bibliografia pertinente, apontou situações ligadas ao fato de que o acesso à moradia está intermediado pela capacidade de pagamento. A terra tornou-se um bem caro e, por ter o caráter de propriedade privada, a ela só tem acesso quem pode pagar. Assim, podemos dizer que quem consegue ter acesso à terra urbana é quem possui renda ou capital.

Dentro dessa lógica, o acesso à moradia é privilégio de alguns, sendo que para a maioria da população esse acesso apresenta-se como um problema. A moradia é um bem imprescindível a qualquer pessoa, sendo que sem ela não é possível a realização de nossas necessidades básicas, ou mesmo viver com dignidade. Morar é um direito de todos, porém, contraditoriamente, esse direito só se torna possível mediante pagamento. Os problemas ligados à habitação não ocorrem pela falta de casas ou pela falta de espaço para construir, mas sim pelo fato de que a terra urbana tornou-se uma mercadoria não acessível a todos. Assim, buscaremos avaliar a forma de atuação do poder público, via imposição de uma nova forma de morar.

Convém destacar que essa discussão não pode ser feita sem considerarmos o fato de que a “solução” do problema de moradia não se restringe somente à provisão de unidades residenciais, pois se torna necessário que as condições de implantação atendam as reais necessidades, desejos e aspirações da população atendida.

É considerando essas contradições que devemos analisar o processo de remoção e, nesse sentido, também a necessidade de se discutir a questão da inclusão social, tão propagada pelo poder público, pois a partir da lógica imposta por este agente, a cidade esvazia-se em seu sentido de possibilidades para a vida em todas as suas dimensões, reduzindo o habitante/morador a mero usuário do espaço.

A cidade é vista no âmbito do planejamento, ou no âmbito das formas de intervenção, na sua funcionalidade, não se levando em conta o indivíduo como agente produtor de história, e da própria cidade; as relações sociais estão engendradas na apropriação da cidade como um todo, e, sendo assim, a cidade deve ser analisada como lugar das possibilidades de reprodução da vida humana, dos valores sociais e de referenciais de vida.

A partir dessas preocupações, primeiramente, faremos uma breve incursão na história de Dourados, mais especificamente, a partir da década de 1990, momento em que novas formas de apropriação do espaço começaram a se fazer presente, via implantação de unidades residenciais pelo poder público local.

Seguiremos com o enfoque no Projeto Renascer, com destaque para os conjuntos Estrela Porã I, II e III e Estrela Yvatê e as formas de reprodução

socioespacial das famílias removidas, a atuação do poder público, assim como o tratamento dado à questão da inclusão social⁵, tão fortemente defendida.

Dando continuidade, abordaremos a trajetória de vida dos entrevistados visando abarcar uma leitura acerca da construção do novo lugar e seus desdobramentos socioespaciais.

Por último, buscamos compreender as novas formas de relação do indivíduo com o lugar, pois o desafio dessa população é de construir uma nova localidade, que atenda os seus anseios e necessidades, uma vez que parte dos referenciais anteriores de vida foi perdida com o processo de remoção. E, por fim, consideraremos alguns determinantes que possam nos levar a uma análise do processo de reprodução das relações sociais, por intermédio das novas formas de apropriação do espaço, uma vez que o habitar/morar não se resume apenas à casa.

⁵ O tema Inclusão Social e Exclusão Social será abordado nesta pesquisa apenas como discurso do poder público municipal, não tendo a intenção de debater o tema.

CAPÍTULO 1

O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM DOURADOS-MS

1.1 – A terra urbana como mercadoria e seus desdobramentos

Antes de levarmos a discussão a um plano mais específico, faremos algumas considerações sobre a terra urbana como mercadoria, uma vez que esta relação mercadológica interfere e media o direito de uso. Por propiciar renda, a terra urbana tornou-se uma mercadoria de grande importância para o capitalismo, possibilitando acúmulo de capital para quem a detém. Para extrair renda da terra não é necessário apoderar-se dos meios de produção e do trabalho humano; por assemelha-se ao capital, a terra tem seu "valor" ditado pelas regras do modo de produção capitalista.

As áreas bem servidas por infra-estrutura, equipamentos e serviços, áreas de lazer ou mesmo as áreas próximas ao centro urbano são alvo da procura por parte daqueles que têm condições de fazer opção por uma localidade, permitindo aos proprietários se apropriarem de uma renda extra. Assim, somente uma

parcela da população, que pode pagar pela mercadoria terra, consegue garantir o acesso e, conseqüentemente, o direito de uso.

A parcela da população de menor poder aquisitivo é impossibilitada de ter acesso a determinadas localidades, pois a localização é um fator que interfere no preço da habitação. É notório que, o segmento social de maior poder aquisitivo consegue não só a moradia, mas também fazer a opção pelas melhores localizações no interior da cidade. Sobre esta questão Ribeiro assegura:

(...) o proprietário, quando vende a sua propriedade, vende o direito de uso sobre um espaço e um ticket de acesso a esses valores de uso externos. O preço desse ticket será tanto maior quanto maior for a diferenciação quantitativa e qualitativa da distribuição no espaço urbano dos valores de uso externos ao imóvel. Não há, portanto, venda dos equipamentos, edifícios, etc. E sim do acesso a essas utilidades necessárias ao consumo habitacional. (1979, p.19-20).

O segmento social de maior poder aquisitivo pode usufruir das melhores condições de moradia dentro da cidade, e a constante elevação do preço da terra faz com que haja uma diferenciação no acesso de acordo com as classes sociais, interferindo no direito e na necessidade de uso. Há, portanto, uma diferenciação espacial de uma área para outra. Com relação a esta questão, Singer aponta:

O acesso a serviços urbanos tende a privilegiar determinadas localizações em medida tanto maiores quanto mais escassos forem os serviços em relação à demanda. Em muitas cidades, a rápida expansão do número de habitantes leva esta escassez a nível crítico, o que exacerba a valorização das poucas áreas bem servidas. O funcionamento do mercado imobiliário faz com que a ocupação dessas áreas seja privilégio das camadas de renda mais elevada capazes de pagar um preço alto pelo direito de morar (1980, p. 82).

Conforme apontado, o acesso à moradia está intermediado pela capacidade de pagamento. A terra tornou-se um bem caro e, por ter o caráter de propriedade privada, a ela só tem acesso quem pode pagar. Conforme apontado

anteriormente, podemos dizer que quem consegue ter acesso à terra é quem possui renda ou capital. É sob essa óptica que a questão da moradia deve ser discutida, ou seja, na perspectiva do uso.

Essa realidade pode ser observada em Dourados, onde o monopólio da terra urbana eleva o preço dessa mercadoria, agravando a problemática da moradia. Assim, a terra tem um “valor” assegurado pelo monopólio do acesso a um bem imprescindível para a realização de qualquer atividade, imprescindível à reprodução da vida. Ao analisar o papel do setor imobiliário neste processo, Calixto considera:

É necessário compreender a dinâmica do setor imobiliário como resultado de uma relação bastante íntima entre este setor e a política pública, uma vez que a ação/atuação do setor imobiliário é assegurada pela intervenção do poder público, assim como a política pública não está descolada dos meandros da lógica do mercado imobiliário (2000, p. 208).

O uso do espaço urbano está subordinado cada vez mais ao mercado, o que restringe as possibilidades de escolha, prevalecendo as relações de trocas no modo de produzir a cidade:

A predominância do valor de troca como extensão do mundo da mercadoria se revela como produto de lutas que surgem a partir das relações sociais contraditórias criadas e aprofundadas pelo desenvolvimento do processo de reprodução *lato sensu* em que as batalhas se resolvem pelo jogo político das forças sociais (CARLOS, 2001, p.38).

A apropriação do solo pelos diferentes segmentos sociais nos remete às diversas formas de uso do espaço na cidade. É diante dessa questão que deve ser analisada a questão do valor de uso do solo urbano. Para Brito:

Para o morador, a casa possui um inestimável valor de uso, isso porque depende dela para se acomodar. Em contrapartida, para os especuladores imobiliários, detentores de um grande número de propriedades, o valor se expressa no valor de troca, uma vez que uma ou mais propriedades podem ser trocadas por capital (2004, p.49)

CARLOS (2001) questiona a cidade exclusivamente como valor de troca; as formas de parcelamento e mercantilização do solo urbano aliado à apropriação diferenciada e aos conflitos resultantes desse processo (entre o indivíduo e os usos), levando-nos a pensar a produção do espaço urbano não apenas pelo viés do mercado, como também, por intermédio das relações sociais no modo de produção/apropriação/reprodução da cidade. É, nesse sentido, que o uso ganha dimensão determinante para as transformações no modo de produzir a cidade, com isso questiona-se o direito à cidade. Assim, a discussão deve superar a idéia da cidade enquanto lócus da produção e reprodução do capital:

Esse encaminhamento permite pensar o espaço também como produto de lutas, fruto de relações sociais contraditórias, criadas e aprofundadas pelo desenvolvimento do capital. Assim, no embate entre o que é bom para o capital e o que é bom para a sociedade hoje, o urbano se reproduz, a cidade se estrutura e a paisagem ganha sua configuração (CARLOS, 2003, p.71).

Entender o espaço urbano através da reprodução da sociedade é entender o homem em sua dimensão humana, como sujeito de sua condição de existência; a cidade então aparece como obra humana na relação com o habitante. Carlos nos coloca que: "...nessa direção o sentido da cidade é conferido pelo uso, isto é, os modos de apropriação do ser humano para a produção de sua vida" (2001, p.41).

É considerando o acima exposto que faremos um breve panorama histórico dos programas habitacionais implantados em Dourados, buscando apontar

elementos para a discussão acerca da lógica de produção e uso do espaço urbano e seus desdobramentos socioespaciais, tomando como viés de análise a implantação do Projeto Renascer. Assim, buscaremos analisar a forma de atuação do poder público local com relação à problemática habitacional.

1.2 – Dourados num breve panorama histórico

O período que compreende as décadas de 1970 e 1980 foi marcado por mudanças significativas no processo de apropriação e reprodução do espaço urbano de Dourados, o que nos leva a repensar a relação entre o poder público e o urbano e também analisar as formas intervenção na cidade. Este período foi marcado pela introdução de um sistema agrícola ligado aos interesses agroexportadores e pela mecanização da agricultura, implicando na expropriação dos trabalhadores do campo.

Neste contexto, Dourados recebia um contingente expressivo de pessoas oriundas não só do campo, mas também de outros centros urbanos, e por a cidade não dispor de condições para receber os novos setores sociais que chegavam, como, por exemplo, a incompatibilidade no número de unidades habitacionais para com o número dos novos habitantes é que o problema habitacional ganha maior dimensão. Conforme nos lembra SILVA (2000), “naquele período, parcela importante das habitações da cidade caracterizava-se pela sua precariedade, sendo ainda constituídas de casas toscas de madeira”.

Por intermédio do Banco Nacional de Habitação (BNH), na década de 1970, a “solução” para a questão habitacional se dá nos termos do Sistema Financeiro de Habitação - SFH (SILVA, 2000). Em Dourados, houve a produção de unidades habitacionais em grande escala pelo SFH, inicialmente, com o objetivo de atender a parcela de menor poder aquisitivo, mas o que ocorreu de fato não só em Dourados, mas como em todo Brasil, foi que os financiamentos do BNH dirigiram-se para atender as necessidades habitacionais da classe média, pois, naquele momento, Dourados estava recebendo um contingente de profissionais especializados ligados às atividades agrícolas, como agrônomos, veterinários, comerciantes, médicos, bancários, etc., sendo os novos conjuntos destinados a atender a nova demanda de profissionais que acabara de chegar à cidade. (CALIXTO, 2000)

Outro fator que se relaciona a esta situação é o fato de o SFH, dentro de sua lógica de funcionamento, estar alicerçado na auto-sustentação financeira, ou seja, um dos requisitos básicos para o financiamento das unidades residenciais é a comprovação de renda, o que acabou por beneficiar a nova demanda de profissionais; para estes, o financiamento da casa foi conquistado com maior facilidade, pois havia como comprovar renda. Essa situação excluiu grande parcela da população e, mais expressivamente, a oriunda do campo; a exigência de comprovação de renda foi um fator que impossibilitou o acesso ao financiamento das unidades habitacionais do BNH. Assim, os conjuntos implantados pelo SFH, via BNH, não atenderam as necessidades de moradia da maioria da população, reforçando as contradições sociais no interior da cidade. Conforme nos esclarece Silva:

As intervenções do SFH e de seu principal agente, o BNH, em Dourados, implantaram na cidade diversos conjuntos habitacionais. No entanto, apesar das necessidades mais prementes de moradias em Dourados, nesse período, se concentrou entre os estratos sociais recém expulsos do campo (constituídos de ex-pequenos produtores familiares e trabalhadores rurais desempregados), uma parcela importante dessas intervenções habitacionais federais foi dirigida não para atender as necessidades evidentes desse contingente de novos pobres urbanos, mas majoritariamente para atender a classe média emergente da cidade (2000, p.220).

Para essa parcela da população excluída dos programas financiados pelo SFH restou, em linhas gerais, duas opções: resolver o seu problema de moradia, pela inserção no mercado imobiliário convencional ou promover a ocupação de lotes urbanos, surgindo dessa forma, a favela ou mesmo a autoconstrução. Nas palavras de Silva:

Como resultado da exclusão dessa população dos canais regulares de acesso à moradia e da adoção por parte desses excluídos de estratégias e alternativas para a solução de seu problema habitacional, no final da década de 80 e início dos anos 90, disseminaram-se com intensidade em Dourados as favelas, sejam as situadas em lotes privados ocupados, sejam as localizadas em terra públicas (sobretudo as áreas públicas nas margens de rodovias, fundo de vales e embaixo de linhas de transmissão de energia de alta tensão) (2000, p.229).

No setor habitacional, outro agente que atua de forma substancial em Dourados e que ganha maior expressividade e atuação neste período é o setor imobiliário, conforme afirma Calixto:

A chegada de um novo agente – o BNH – implicou na produção de unidades residenciais (o que, até então, ocorria em pequena escala, pois dependia de investimentos particulares ou da poupança pessoal). A produção em maior escala, impulsionou e dinamizou as atividades do setor (imobiliário) que se restringia a transações baseadas majoritariamente na compra e venda de lotes não edificados (2000, p.220).

A partir da década de 1990, o poder público local assumiu as iniciativas de intervenção na questão habitacional em Dourados, situação favorecida pela

descentralização das políticas habitacionais da esfera federal frente ao colapso do SFH. Nesse momento, Dourados contava com um expressivo contingente de famílias vivendo em condições consideradas subnormais.

Em 1989, foi adotada pelo poder público a primeira medida habitacional na esfera municipal, com o lançamento do loteamento social Vila Cachoeirinha (**Figura 03**), onde foram distribuídos 1.080 lotes, além da implantação de rede d'água e de energia elétrica. Os lotes foram distribuídos gratuitamente e as casas foram construídas pelos próprios moradores, pelo sistema de autoconstrução, assim como o custeio das obras foi arcado por eles.

Contudo, esse loteamento não foi suficiente para satisfazer a necessidade habitacional em Dourados, o que fez com que o poder público desse início ao segundo loteamento social, a Vila São Braz. Localizado na porção sudeste da cidade, foi um loteamento destinado a alojar as famílias de sem-teto que ocupavam áreas no Jardim Monte Líbano e sob a rede de alta tensão no Parque das Nações II (**Figura 03**). Foram distribuídos 282 lotes e as casas foram construídas pelos próprios beneficiados. A prefeitura não forneceu o material de construção, que foi custeado pelos contemplados com os lotes. A partir de 1993, o poder público lançou o Projeto Canaã, que conforme Silva:

O Projeto Canaã resultou de uma promessa de campanha do candidato opositor ao prefeito responsável pela implantação dos loteamentos sociais Vila Cachoeirinha e Vila São Braz, que, durante a campanha eleitoral para prefeito de 1992, foram alvos de críticas muito acerbas em função de inúmeras e graves mazelas presentes naqueles dois assentamentos. O candidato de

oposição, afinal eleito, havia assumido o compromisso de assentar os sem-teto em loteamentos sociais situados, ao contrário da Vila cachoeirinha, em local alto e seco, além de dotados de infra-estrutura urbana necessária (2000, p. 242).

Foram implantadas sete fases do projeto Canaã, sendo que o sétimo conjunto foi construído no distrito de Ithaum⁶, com 27 unidades residenciais. No total foram construídas 1.933 unidades residenciais pelo sistema de mutirão.

Em 1999, houve a implantação do loteamento social Jardim Valdez de Oliveira, com 146 lotes distribuídos para assentar a população que vivia numa área de várzea com presença de nascente, na Vila Mariana (porção sudeste da cidade). A partir de 2001⁷, houve uma retomada dos investimentos no setor habitacional, totalizando 2.237 unidades residenciais, distribuídas em 21 conjuntos habitacionais (ver **Quadro 01** e retomar **Figura 3**).

⁶ O Município de Dourados possui nove distritos: Vila Vargas, Vila São Pedro, Vila Formosa, Vila Macaúba, Indápolis, Itahum, Picadinha, Panambi e Guaçu.

⁷ O período que compreende os anos de 2001 a 2004 refere-se ao primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores – PT em Dourados, administrado pelo prefeito José Laerte Cecílio Tetila. Governo que assumiu em 2001 com um discurso de preocupação com a questão da habitação popular. No ano de 2004 o referido prefeito foi reeleito para um mandato de mais quatro anos, encerrando suas atividades em 2008.

Quadro 01
Dourados (2001-2008)

PROJETOS HABITACIONAIS		
Moradias para famílias com renda de 0 a 02 salários mínimos		
Programa de Erradicação de Favelas	Projetos	Unidades Residenciais
	Estrela Povari	298
	Estrela Hory	94
	Estrela Verá	235
	Valderez/Mariana	92
	Brasil 500	56
	Estrela Porá I, II e III	289
	Yvate	114
Programa Cesta de Material de Construção	Jardim Porto Belo	132
Moradia para famílias com renda de 03 a 06 salários mínimos		
PAR –Programa de Arrendamento Residencial	Estrela Pytã	131
	Estrela Kairós I e II	116
	Estrela Itamirim	59
	Estrela Itapiri	74
	Estrela Itajú I e II	230
	Estrela Ponte Branca	91
	Estrela Indaiá	183
Programa Distritos Rurais	Estrela Morotti	28
	Estrela Pyahu	18

Fonte: AgHab – Agência Habitacional Popular

Org: Maria Amábili Alves de Castro

Dentre os programas implantados, vale citar o Programa de Subsídio à Habitação (PSH⁸), que objetivava viabilizar o acesso à moradia para os segmentos sociais com renda familiar de até dois salários mínimos. As unidades

⁸ O PSH, criado pela Medida Provisória n°2.212, de 30 de agosto de 2001, foi regulamentado pelo Decreto n°4.156, de 11 de março de 2002, e Portaria Conjunta n° 9, de 30 de abril de 2002, do Ministério da Fazenda e da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República. Visa o repasse de recursos para a construção de moradia para a população considerada de menor poder aquisitivo.

do PSH foram construídas em quatro loteamentos sociais, conforme podemos observar no **Quadro 02**. Essas unidades habitacionais foram destinadas à parcela da população que vivia em condições consideradas subnormais (CASTRO, 2006).

Quadro 2
Dourados (2001-2008)
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)
Unidades habitacionais construídas

Projeto	Área (m²)	Unidades Residenciais
Estrela Verá	131.265.452	235
Estrela Hory	48.752	58
Estrela Poravi, Fase I	22.400	22
Estrela Poravi, Fase II	84.409	241
Total	131.336.604	556

Fonte: AgHab – Agência de Habitação de Dourados

Org.: Maria Amábili Alves de Castro

Como já apontado, o número de conjuntos habitacionais construídos é significativo - um total de 2.237 unidades residenciais, distribuídas em 21 conjuntos habitacionais (retomar **Figura 3**), sendo expressivos também os investimentos destinados para o setor habitacional, contudo, parcela significativa da população ainda enfrenta problemas de moradia.

Essa realidade se revela quando, segundo pesquisa realizada, notamos o número de áreas de ocupação “irregular”⁹ existentes na cidade – um total de 18 áreas, conforme podemos observar no **Quadro 03**.

⁹Da mesma forma que Calixto eu entendo que “... o termo irregular será apresentado entre aspas, uma vez que a chamada irregularidade está ligada ao aspecto jurídico, ou seja, a ocupação considerada irregular ou favela se refere à ocupação de determinada área sem título de propriedade, caracterizando uma posse “ilegal” do ponto de vista jurídico. Contudo, se partirmos do pressuposto de que é uma maneira de assegurar a possibilidade de uso do espaço urbano ou de garantir o direito à cidade, a questão não pode ser reduzida ao seu caráter jurídico e, sendo assim, o termo precisa ser repensado.” (CALIXTO, 2008, p. 121)

Quadro 03
Dourados (2007)
Áreas de Ocupação
“Irregular”

ÁREA	LOCAL	NÚMERO DE LOTES
01	Vila Erondina II / Favela Portelinha	03
02	João Paulo II	52
03	Jd. Ipiranga	14
04	Chácara 134	44
05	Pq. Das Nações II	SI
06	Jd. Clímax / Favela do Jd. Clímax	87
07	Avenida Guaicurus/ Bom Jesus	17
08	Fundos Canaã IV / Jd. do Bosque	72
09	Jardim Muracami / Rua Ivinhema	37
10	VI. Valdez de Oliveira / VI. Mariana	60
11	Jardim Monte Líbano	238
12	Loteamento Social Porto Belo	113
13	VI. São Brás	144
14	Jardim Canaã VI	50
15	Área Institucional Jd. Caimam	34
16	Vila Bela	63
17	Chácara Califórnia	22
18	Vila Anete	12

SI – Sem Informação

Fonte: SemSur – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

Org. : Maria José Martinelli Silva Calixto

Parte da população de Dourados enfrenta problemas de moradia e a ausência de uma política habitacional que contemple as reais necessidades da classe de baixa renda não apenas eleva o preço do aluguel como também obriga essa população a procurar formas alternativas de morar, o que deixa claro que a satisfação da necessidade habitacional não se restringe apenas à provisão de unidades residenciais.

Podemos afirmar que se torna necessária uma política habitacional que atenda as reais necessidades da população de baixa ou mesmo nenhuma renda e que, em grande parte das vezes, é excluída de projetos ou programas habitacionais por não ter condições de apresentar comprovação de renda, pois se encontra, por exemplo, à margem do mercado formal de trabalho. No entanto, o

que se observa é que velhas fórmulas continuam sendo utilizadas para se tentar resolver problemas que apresentam novos conteúdos.

1.3– A Vila Cachoeirinha

Considerando que a Vila Cachoeirinha é a área de onde foi removida a população que passou a ocupar os conjuntos habitacionais Estrela Porã I, II e III e Estrela Yvate (Projeto Renascer), faremos uma breve caracterização deste loteamento, pois a nova localidade, a nova forma de vida, só pode ser pensada e compreendida a partir dos referenciais anteriores de vida.

Localizado na porção sudoeste da cidade, em uma área de 56,3 ha o loteamento social Vila Cachoeirinha foi implantado em 1989, no primeiro mandato do ex-prefeito Antônio Braz Genelhu Mello (1989-1992). Essa iniciativa baseou-se no que dispunha a Lei municipal nº1.640, de 01 de outubro de 1990, primeiro instrumento legal que regulamentava as iniciativas municipais na área de habitação social, o que proporcionaria ao poder público adquirir e doar terrenos para a construção de moradias nos loteamentos sociais implantados a partir de então.

Como foi visto, o loteamento Vila Cachoeirinha foi o primeiro loteamento social promovido pela iniciativa municipal a partir da descentralização da esfera federal. O loteamento resultou da junção de uma gleba pública com outra privada, que foi declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, com o objetivo

de atender a população que vivia em outras localidades em Dourados. Nas palavras de Silva:

O referido loteamento foi parcialmente urbanizado pela Prefeitura, que providenciou a abertura do arruamento, a demarcação de 1.080 lotes e a implantação de rede de água e energia elétrica. Os lotes foram distribuídos gratuitamente entre famílias carentes que, através de certidão negativa de propriedade de imóveis, comprovassem não possuir local próprio de moradia na cidade. A maior parte das famílias selecionadas veio de diversas ocupações e favelas disseminadas nas áreas periféricas da cidade¹⁰ e uma parcela menor foi constituída de trabalhadores de baixa renda que pagavam aluguel. Os beneficiados assumiram o compromisso de, dentro de um determinado prazo, erguer sua residência no lote ganho. A obra para erguer a casa foi custeada pelos próprios moradores, que na sua maioria, utilizavam-se do sistema de autoconstrução (2000, p.236).

No entanto, a implantação desse loteamento enfrentou impasses e contradições decorrentes de sua localização inadequada. Em primeiro lugar, o loteamento foi implantado em uma baixada comprimida pela confluência de dois cursos d'água (os córregos Água Boa e o Rego d'Água), além de diversas nascentes. Em função disso, a Vila Cachoeirinha era frequentemente inundável no período de chuvas, provocando constantes transtornos para a população que ali vivia. Em segundo lugar, a área é considerada um varjão e apresenta o lençol freático situado muito próximo à superfície, ou seja, solo pouco profundo, com 1,20m em média de espessura e afloramentos rochosos disseminados por toda área.

Essas condições trouxeram dificuldades para a população com relação ao destino a ser dado para o esgoto das residências. Como o lençol freático não é profundo, a construção de fossas sépticas ficou totalmente inviável, e a solução encontrada, naquele momento, foi o despejo do esgoto *in natura* em grandes

¹⁰ Foram acomodadas as famílias que moravam em situação irregular na Vila Erondina, no Jardim Água Boa, na calçada da Rua Eulária Pires, nos fundos da Coohab II, no jardim Monte Líbano e no prolongamento da Weimar Torres.

valetas, dispostas a céu aberto, e que passavam em frente às residências até a chegada ao córrego Água Boa. Assim, além das constantes inundações em períodos de chuva, a população ainda convivia com o forte odor vindo do esgoto.

Essa situação, referente ao esgoto despejado no referido córrego, persiste até hoje na Vila Cachoeirinha e nos bairros que se encontram ao longo do córrego, pois existe nas proximidades uma estação de tratamento de esgotos sanitários o que acaba por contribuir para o forte odor, principalmente em dias quentes em que a radiação solar é intensa. Em 1995, o governo do Estado, utilizando-se de financiamento do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD iniciou a implantação da rede de captação de esgotos no bairro.

Ao longo dos anos seqüentes, através de uma maior mobilização da comunidade local junto a Associação de Moradores, o bairro conquistou algumas melhorias urbanas, como por exemplo, um posto de saúde, uma lavanderia comunitária, um centro desportivo, uma unidade de educação infantil, além do calçamento das principais vias com pedras irregulares. Devido às condições inadequadas de solo e drenagem, o terreno da Vila Cachoeirinha apresenta dificuldades para a pavimentação asfáltica. Contudo, tais medidas não foram suficientes para amenizar a situação daquela população que ainda vivia em condições precárias, conforme esclarece Silva:

No entanto, apesar desse conjunto de melhorias tópicas, as condições de vida desse loteamento social ainda permanecem em um nível extremamente precário. As inundações no período de chuvas, sobretudo nas partes mais baixas do bairro, continuam sendo um problema persistente e não-equacionado. Mais grave, porém, é a persistência dos níveis elevados de pobreza da comunidade e a ausência de perspectiva de superação dessa situação em decorrência do reduzido nível de escolaridade e baixa especialização da sua mão-de-obra. Como decorrência desse quadro, grassa de forma crônica no bairro o desemprego, o subemprego e taxas elevadas de criminalidade.

Por fim, tais mazelas contribuem poderosamente, para disseminar entre a comunidade douradense uma imagem do bairro como área perigosa, *locus* de concentração da criminalidade e marginalidade (2000, p.238-239).

A área que margeia o córrego Água Boa começou a ser ocupada por famílias de sem-teto posteriormente a sua implantação. Essas famílias foram chegando pouco a pouco e ocupando as piores áreas junto ao córrego, numa extensão de aproximadamente 200m. A maioria das famílias que ocupava essa área construiu barracos em madeira (**Foto 01 e 02**), outras, casas de alvenaria, reforçando ainda mais a situação de subnormalidade em que viviam.

FOTO 01



Barraco construído às margens do córrego Água Boa. Em épocas de chuvas, a água do córrego transborda entrando nos barracos. (Região da Vila Cachoeirinha). Foto: Maria Amábili Alves de Castro - 2004

FOTO 02



Barraco à margem do córrego Água Boa. Aos fundos do barraco podemos observar a mata ciliar do córrego. (Região da Vila Cachoeirinha).
Foto: Maria Amábili Alves de Castro - 2004

Assim, em parceria com o Ministério das Cidades e via programa HBB, o poder público municipal implantou o Projeto Renascer, visando atender 620 famílias que viviam às margens do córrego Água Boa. O projeto objetivou a remoção de 409 famílias mais atingidas, em época de chuvas com as inundações, para uma área nas proximidades do loteamento Parque do Lago, porção oeste da cidade, que analisaremos a seguir.

CAPÍTULO 2

O PROJETO RENASCER: SIGNIFICADOS E DESDOBRAMENTOS

2.1 - O indivíduo e a produção do espaço

Para analisar a produção do espaço devemos observar as diversas formas de apropriação pelo indivíduo, para isto, precisaremos nos livrar de idéias pré-concebidas. Bourdieu (1998) ressalta a importância de procurar “abrir os olhos” para a pesquisa e colocarmos em dúvida a própria metodologia ensinada, pois, para o referido autor, o *Homu Academicus* gosta de tudo acabado, pronto.

Procurar não cair na armadilha do objecto pré-construído não é fácil, na medida em que se trata, por definição, de um objecto que me interessa, sem que eu conheça claramente o princípio verdadeiro de cada interesse (BOURDIEU, 1998, p.30).

Instaurar a “evolução” do olhar, vivenciar a realidade do outro, tentar, de alguma maneira, nos colocar na situação do outro são formas que contribuem para analisar a realidade em sua essência. E, ainda, conclui que o poder simbólico é um poder de construção da realidade, estando em todo lugar; “o

poder simbólico é esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1998, p.7-8).

As ordenações simbólicas do espaço e do tempo fornecem uma estrutura para a experiência a qual apreendemos quem ou o que somos na sociedade. Bourdieu (*apud* Havey, 1989) sugere que é através da “relação dialética entre o corpo e uma organização estruturada do espaço e do tempo que as práticas e representações comuns são determinadas”; realça também que o poder passa pelos símbolos, não necessariamente se materializa fisicamente, mas materializa-se nas relações estabelecidas entre os indivíduos em torno de algo. Assim, toda leitura que fazemos é sempre uma representação do real, pois os indivíduos compõem a sociedade, não existindo indivíduo e sociedade separadamente. Nota-se o *habitus* como produção social, é o agir social, apresentado como um princípio gerador de práticas.

Em se tratando de indivíduos, deve-se deixar aflorar aquilo que esses indivíduos mais escondem até mesmo por medo de se expor. E, neste contexto, também há o enfoque de Martins (1997) sobre a importância de estarmos conscientes da fluidez de contato com o campo de pesquisa. Deve-se procurar ver o (in)visível das relações sociais; a busca pela subjetividade humana. A cultura, as simbologias, as crenças e a história de um povo são fatores de extrema relevância para a pesquisa; é olhar para onde não se enxerga, para as informações mais valiosas que se pode tirar de uma análise, com o objetivo de chegar ao núcleo das ações.

Nas contribuições de Bourdieu (1998), destacamos a importância das análises das representações sociais e o *habitus* de cada indivíduo e sua relação

com a sociedade, reforçando a possibilidade de entendimento das práticas/percepções/apreciação/representações, sendo isso um condicionante que cada indivíduo possui dentro da sociedade em sua condição humana:

A tomada de posição pelo agente está associada ao estado do campo, ou seja, tanto os efeitos prováveis das propriedades relacionadas ao agente quanto às posições constitutivas do habitus, dependem do estado de campo de produção (BOURDIEU, 2002, p. 102), e está relacionada a diferentes elementos que determinam a trajetória do agente. As práticas dos agentes "são o produto do encontro de duas histórias, a da produção da posição ocupada e a da produção das disposições de seus ocupantes (BOURDIEU, 2002, p.289).

É, nesse sentido, que reforçamos a contribuição desses autores, pois, devemos estar atentos ao que se passa na realidade em si, para não reproduzirmos aquilo que julgamos ser o correto, mas ver o (in)visível nas relações entre os indivíduos.

Lefebvre (apud Gottdiener, 1993)¹¹ aponta para a necessidade de superação dialética do pensamento funcionalista nas análises marxista e transformar seus conceitos pela introdução de uma dimensão espacial. O espaço para o autor possui duas dimensões: o espaço é uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo uma liberdade existencial e uma expressão mental, sendo portando, ao mesmo tempo, o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação.

Em vez de reduzir o espaço a mero meio de produção, Lefebvre considera-o uma das forças de produção. É em parte por meio do espaço que a sociedade se reproduz, ou seja, ele é parte essencial desse processo, "o espaço não é apenas parte das forças e meios de produção, constitui também um produto

¹¹ Lefebvre apud GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo, Ed. USP, 1993.

dessas mesmas relações” (LEFEBVRE, 1999, p.129). Segundo Gottdiener, para Lefebvre:

(...) o capitalismo como totalidade é um projeto histórico inacabado. Como modo de produção, mudou-se e alterou-se desde a época de Marx, a fim de sobreviver. Lefebvre concebe a sobrevivência do capitalismo como uma consequência de sua capacidade de recriar todas as relações sociais necessárias para o modo de produção numa base contínua (...), ocupando um espaço, produzindo um espaço (1993, p.147).

Lefebvre afirma que a essência do espaço é a vida cotidiana. Devemos resgatar a vida cotidiana da dominação pelo espaço abstrato, através de uma introdução da análise da práxis socioespacial. Para ele, os usuários do espaço urbano são usuários da vida cotidiana, pois é no plano do cotidiano que está a essência da vida, calcada nos diferentes usos do espaço, por intermédio da prática social, revelada enquanto processo de apropriação.

Para o habitante, a identificação com o lugar se faz através de atos corriqueiros, considerados, muitas vezes, banais, como por exemplo, a relação de vizinhança, o trabalho, a escola, a igreja. Até mesmo o simples ato de deslocar-se de um lugar ao outro, faz com que laços sejam estabelecidos com o lugar. As diversas formas de apropriação dos lugares na cidade vão tecendo a teia das tramas sociais, revelando o espaço-tempo da vida, conforme nos esclarece Carlos: Enfim, uma prática vivida e reconhecida em pequenos atos corriqueiros e, aparentemente, sem sentido, vulgares, mas criando laços profundos de identidade entre habitante-habitante, e habitante-lugar. (2004, p.51)

O uso do espaço pressupõe atos, e é através do corpo e de seus sentidos que o indivíduo constrói os lugares; é a partir da prática social que se apropria e

habita um espaço e dos diferentes modos de usos, cria-se a identidade do habitante com o lugar.

2.2 – O Projeto Renascer

O Projeto Renascer foi idealizado para atender 620 famílias residentes numa área alagadiça (fundo de vale) às margens do córrego Água Boa (**Figura 04**). O córrego Água Boa corta os bairros Jardim Olinda, Parque do Lago I, Jardim Clímax, Nossa Senhora Aparecida, Cohab II, Mutirão da Moradia e encontra-se com o Córrego Rego d'água nas proximidades da Vila Cachoeirinha e BNH IV Plano. A partir desse ponto, cruza a BR 463, seguindo para o bairro Campo Dourado (seu último endereço na zona urbana) e, logo após, atravessa a BR 163, chegando à zona rural. Passando por chácaras e fazendas, chega próximo ao Distrito Industrial de Dourados. Segue, por outras fazendas e chácaras, até desaguar no Rio Dourados.

O Água Boa é o maior córrego do município de Dourados, tanto em volume d'água como em extensão, e um dos seus problemas mais críticos foi despejo de esgoto doméstico *in natura* (vindo das residências próximas) (**Foto 03**), o despejo de lixo (**Foto 04**) e a ocupação de suas margens pela população que vivenciava o problema da moradia. Vale destacar o trecho do referido córrego, que passa ao fundo dos bairros BNH IV Plano e Vila Cachoeirinha, é o que apresentava maior densidade de ocupação populacional¹².

¹² Em alguns casos o cano que saia diretamente do banheiro das residências próximas ao córrego, despeja esgoto “*in natura*” diretamente no manancial hídrico.

FOTO 03



Residência próxima à margem do córrego Água Boa.
No detalhe, cano que sai do banheiro da residência próxima ao córrego,
despejando esgoto “*in natura*” diretamente no manancial hídrico.

Foto: Vladimir Andrei Tarasisk – 2005.

Org: Maria Amábili Alves de Castro

FOTO 04



Córrego Água Boa
Lixo depositado pela população das adjacências

Foto: Maria Amábili Alves de Castro – 2005.

Conforme apontado, a implantação da Vila Cachoeirinha – porção sul da cidade, em 1989 trouxe adversidades, sendo a maior delas a sua localização inadequada. O loteamento foi implantado em uma baixada comprimida pela confluência de dois cursos d'água (os córregos Água Boa e Rego D'Água), sendo freqüentemente inundável por chuvas, trazendo transtornos para a população que ali vivia. Na maioria dos casos, a água chegava a atingir as residências.

Esta área ao longo do córrego Água Boa é considerada insalubre, imprópria para moradia, devido ao risco de contaminação por doenças, à falta de saneamento básico, assim como devido à poluição do córrego pelo esgoto e pela própria quantidade de lixo doméstico lançado pela população das adjacências. Como não havia sistema de canalização para escoamento da água suja que saia das residências, a população criou o sistema de valetas (para escoamento da água), que passa por entre as residências até chegar ao córrego.

Quando houve a distribuição dos lotes da Vila Cachoeirinha pelo ex-prefeito Antônio Braz Genelhu Mello (1989-1992), não existiu a preocupação de garantir uma localidade adequada para essa população. O então prefeito, ao tentar “resolver” o problema de moradia, acabou criando um transtorno ainda maior, pois praticamente “jogou” aquela população numa área imprópria para habitar, embora Dourados seja uma cidade com ampla extensão territorial e com melhores localidades habitáveis. Acabou, por fim, deixando um problema para as futuras administrações.

Após alguns anos decorrentes a implantação, a área que margeia o córrego Água Boa começou a ser ocupada. Sem recursos financeiros, excluía dos programas habitacionais e do mercado imobiliário e sem alternativa para

solucionar o problema de moradia, essa população viu-se obrigada a ocupar a área, pois conforme analisa Rodrigues:

De alguma maneira é preciso morar. No campo, na pequena cidade, na metrópole, morar como vestir, alimentar é uma das necessidades básicas do indivíduo. Historicamente mudaram as características da habitação, no entanto sempre preciso morar, pois não é possível viver sem ocupar um espaço. (2001, p.11).

Deste modo, para o poder público, a população que habitava as margens do córrego Água Boa, vivia em condições consideradas subnormais. As inundações pela chuva, a ausência de perspectiva de superação dessa situação, o desemprego, o subemprego e a criminalidade foram e ainda são, em parte, problemas que atingem essa população. Na tentativa de luta pela sobrevivência sonham com uma moradia digna ou com casa própria. Nas palavras de Peluso:

Em sociedades mercantilizadas como a nossa, a casa é uma mercadoria a ser apropriada e, para os pobres, significa uma acumulação simbólica, num mundo em que a acumulação material é interdita para a maioria da população. (1997, p.236).

Para o poder público tornar a área habitável despenderia muitos recursos e, mesmo assim, a área continuaria a apresentar problemas, por ter sido, no passado, um lixão¹³. A então administração¹⁴ avaliou que seria mais viável para o poder público a remoção de parte daquela população, principalmente a que se encontrava em situação crítica.

Após a remoção das 409 famílias para os conjuntos Estrela Porã I, II e III e o Estrela Yvatê, nas proximidades do loteamento Parque do Lago. Em uma

¹³ Recentemente, publicou-se na imprensa local, uma matéria com o título: Lixão da Vila Cachoeirinha continua ativo, denunciando que “(...) após vinte anos depois do ex-prefeito Braz Melo ter criado a Vila Cachoeirinha, ainda é possível constatar que o famoso lixão que predominava naquela região sobrevive bravamente”. (Anexo nº25)

¹⁴ Administração do Partido dos Trabalhadores representada pelo prefeito José Laerte Cecílio Tetila – 2001-2008.

segunda etapa, o Projeto Renascer visou à drenagem das margens do córrego Água Boa, a pavimentação asfáltica e a recuperação ambiental, com objetivo de controlar as inundações provocadas pela água da chuva proveniente dos locais mais altos e melhorias nas condições de moradias para as 220 famílias que permaneceram no local.

Na área da qual foram removidas as famílias foi construída uma “Via Parque” ligando todos os bairros ao longo do córrego Água Boa, com dois quilômetros e meio de extensão, asfaltada, com ciclovia lateral, ponte para veículos e passarela para pedestres (onde anteriormente existia apenas uma “pinguela”¹⁵). Casas sem estrutura foram substituídas por novas¹⁶. A mata ciliar do córrego Água Boa foi recuperada e toda a extensão do referido córrego foi cercada com o objetivo de evitar novas ocupações, deixando a área com aspecto “novo”, até mesmo irreconhecível para quem viu surgir aquele lugar (**Fotos 05, 06 e 07**).

FOTO 05



VILA CACHOEIRINHA ANTES: valetas para escoamento das águas servidas de precárias pontes.

Foto: Rosemar P. Bicudo e Edson Matias - 1994.

¹⁵ Expressão popular para denominar uma pequena ponte, construída de forma precária.

¹⁶ Aproximadamente 17 casas foram substituídas na área da Vila cachoeirinha.

FOTO 06



VILA CACHOEIRINHA DEPOIS: no detalhe casa construída pelo poder público
Foto: Maria Amábili Alves de Castro - 2009

FOTO 07



VILA CACHOEIRINHA DEPOIS: Via Parque que interliga os bairros da área, construída após a demolição das casas e barracos. No detalhe, cerca ao longo do córrego Água Boa.
Foto: Maria Amábili Alves de Castro - 2009

Em entrevista, o secretário de Serviços Urbanos, Jorge Hamilton Torraca, esclarece:

O grande transtorno da região da Vila Cachoeirinha é os problemas de alagamento e a questão ambiental, pois a área onde se encontravam as famílias é uma área inabitável, em estado precário, sem esgoto, brejo e animais peçonhentos oriundos da mata ao longo do córrego. Foi quando fizemos o Projeto Renascer para melhorar as condições de vida daquelas famílias. Quando o projeto foi aprovado e o chegou à verba federal, imediatamente começamos os trabalhos de remoção e reurbanização da região da Vila Cachoeirinha.

O secretário afirmou que existe um projeto paralelo ao Projeto Renascer, que é o projeto de regularização fundiária da Vila Cachoeirinha: “Foi feito um projeto para a regularização de 240 casas que foram doadas pelo ex-prefeito Braz Melo. A maioria dessas famílias não possui documentos dos imóveis que foram doados na época”, salientou.

Além do projeto de regularização fundiária, o poder público municipal objetivou também desenvolver um trabalho de “inclusão social” com as famílias que foram removidas, construindo na área receptora um complexo com infraestrutura como, por exemplo: uma escola, um posto de saúde, um CRAS (Centro de geração de emprego e renda) e um CEIM (Centro Educacional Infantil). Fortemente trabalhada pelo poder público, no momento da implantação do Projeto Renascer, a questão da “inclusão social” ganhou as páginas da imprensa local. A administração viu na remoção uma vitória conquistada após muitos anos de espera. Para o então prefeito: “Um ano depois ver que estas famílias estão bem, é uma vitória para nós”. Construir as casas e a infra-estrutura citado acima, oferecer cursos de capacitação para a população como, por exemplo, padeiro,

confeiteiro, manicura, pedicura e costura é dar a essas famílias um “tratamento humanizado”¹⁷ e a inclusão social de fato se realiza.

Os desdobramentos da implantação de um projeto desta dimensão instigou-nos a acompanhar o processo de (re)produção das relações socioespaciais após a remoção para os novos conjuntos construídos. Através de uma leitura da trajetória dos indivíduos envolvidos neste processo, tentaremos apreender as formas de reprodução da vida cotidiana.

2.3 – O processo de (re)produção socioespacial nos conjuntos Estrela Porã I, II e III e Estrela Yvatê

O procedimento adotado pelo poder público, para a remoção das famílias, deu-se por intermédio de um levantamento, feito por uma equipe técnica, composta por profissionais, de diversas áreas, como, arquitetos, geógrafos, sociólogos, assistentes sociais, etc, que trabalharam na elaboração do projeto. Primeiramente foi realizada a delimitação da área a ser atendida ao longo do córrego Água Boa. Ficou estabelecido que o projeto atendesse prioritariamente a população mais atingida pelas inundações, pois, em dias de chuva, a água do córrego transbordava, atingindo várias moradias. A prefeitura fez o cadastro de cada família a ser removida, chegando a um total de 409 famílias.

¹⁷ Declarações do então prefeito José Laerte C. Tetila, anexo 1.

Para o Secretário de Serviços Urbanos, Jorge Hamilton Torraca, um projeto dessa envergadura, no momento de sua implantação “cria-se focos de resistência”, referindo-se à resistência por parte de algumas famílias à remoção. “Fizemos treinamentos, reuniões, vários cursos na época para mostrar a eles que estavam mudando para um local com casa boa e que tinham que manter o bem para a família e que ali eles tinham condições de crescer, fazer cursos, podendo conseguir um emprego”, argumentou o secretário.

Os conjuntos habitacionais construídos, Estrela Porã I, II e III e Estrela Yvatê, loteamento nas proximidades do Parque do Lago II (porção oeste), encontra-se em uma região alta da cidade, parte oposta ao Córrego Água Boa. A área, onde se localizam os conjuntos Estrela Porã I, II e III foi em parte adquirida pelo poder público (13 hectares de um total de 20 hectares), onde anteriormente existia um loteamento com irregularidades, chamado Parque do Bosque¹⁸. Alguns lotes já haviam sido vendidos e, no local, já existiam algumas famílias morando. O poder público comprou a área para a implantação do loteamento social e as famílias que já estavam no local permaneceram mediante acordo, pois as medidas dos lotes deveriam ser respeitadas (10x30m)¹⁹, ficando então na área alguns lotes com medidas maiores que os demais lotes do conjunto Estrela Porã, que é de 10x20m.

Mesmo antes das famílias ocuparem as casas, o conjunto Estrela Porã foi ocupado por vinte e três famílias, que foram aos poucos se instalando no referido conjunto. Segundo matéria veiculada na imprensa local²⁰, o motivo da ocupação, no que alegaram as famílias, foi o não cumprimento de promessas, por parte do

¹⁸ A área adquirida pelo poder público, mediante contrato de compra e venda, pertenceu a Arides Rigotti (Estância Rigotti), custou ao cofre público o equivalente a R\$ 195.000,00 (Anexo nº 02).

¹⁹ Ver Anexo nº 26.

²⁰ Anexos 03, 04, 05 e 06.

poder público, e, a falta de diálogo com o mesmo. Essas famílias que ocuparam o conjunto Estrela Porã III estavam na fila de espera por uma moradia, dos programas sociais vinculados ao poder público, e a demora para se conseguir a casa, aliado a necessidade de morar, foi o que motivou a ocupação.

Em entrevista, uma das ocupantes, Rosangela Vilhalva Castro, mãe de três filhos, disse que morava nos fundos da casa de seu pai, na Vila Mariana, e dividia um quarto com mais oito pessoas. “Eu estava dormindo no chão”, afirmou ela. A ocupação foi seguida por várias manifestações por parte das famílias utilizando o *slogan* “*Queremos Moradia*”, como forma de resistência, mediante tentativa de despejo pelo poder público.

Esses ocupantes do conjunto eram pessoas oriundas de várias partes da cidade, e o principal motivo que as levou a ocupar no conjunto é que nunca possuíram residência própria, ou seja, pagavam aluguel e se tornou impossível arcar com esse encargo, devido ao alto preço. Nesse sentido, a casa própria torna-se um sonho que se transformou em objeto político. Conforme Peluso:

A casa própria para a população de baixa renda, continuamente negada, configurou-se, então, num controvertido objeto político, sujeito a programas públicos dos mais variados tipos. Desde as vilas Operárias, passando pelas Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, pela Fundação da Casa Popular até o extinto BNH, os resultados foram sempre muito aquém das necessidades e expectativas (1997, p.237).

Um aspecto peculiar foi a ocupação do conjunto por parte de algumas famílias oriundas da área de remoção e que foram obrigadas a demolir seus imóveis no antigo local de moradia, na Vila Aparecida. Alegavam que com a transferência passaram a morar “amontoadas” numa residência de apenas 32m².

Segundo relato, essas famílias moravam antes no mesmo terreno (pais e filhos casados) e, na distribuição das casas, apenas o titular acabou sendo beneficiado. A saída encontrada foi “espalhar” cada família em uma casa, mesmo agindo irregularmente e não respeitando o cadastro; a ocupação aconteceu no dia 03 de junho de 2005 e os ocupantes foram notificados pela Guarda Municipal.

As famílias foram despejadas no dia 14 de junho de 2005 e cobraram do poder público assistência para sua sobrevivência. Segundo informações dos ocupantes, a prefeitura prometeu às famílias despejadas a distribuição de lonas para improvisar a moradia, mas as lonas doadas para algumas famílias já haviam se deteriorado. Na época, em entrevista, o Secretário de Habitação e Serviços Urbanos, Jorge Hamilton Torraca, afirmou que a prefeitura não disponibilizou nada para atender as famílias despejadas: “Não temos que oferecer nada; elas têm que voltar para o mesmo lugar de origem”. Esclareceu que a única coisa que podia ser feito seria cadastrar os nomes para uma possível retomada de casas que, eventualmente, poderiam não ser ocupadas no conjunto Estrela Porã.

A ocupação, para essas famílias, aponta um caminho na luta pela moradia, uma vez que a casa representa o meio necessário para a reprodução da vida. Não se pode viver sem ocupar um espaço. Nas palavras de Rodrigues:

Morar não é fracionável. Não se pode morar um dia e no outro não morar. Morar uma semana e na outra não morar, no limite da necessidade, é possível – malgrado as conseqüências funestas – almoçar um dia e no outro não, almoçar e não jantar, “pedir um prato de comida” na porta da *casa* de alguém, uma roupa velha, um pedaço de pão, a fome é incorporada a algumas estratégias de sobrevivência. Não é possível pedir um pedaço “de casa” para morar, um banheiro para se tomar banho, um tanque para lavar a roupa, uma cama para dormir um pouco, exceto, é claro, se se trata de relações pessoais (parentesco e amizade), de aluguel de quartos, de lavanderias, etc. e, é claro, pagando-se por este uso (2001, p.14).

À medida que o indivíduo não consegue se reproduzir dentro da lógica do mercado, alugando uma casa ou sendo possuidor dela, faz com que formas alternativas de ocupação surjam. A própria situação de pobreza torna o indivíduo prisioneiro das ações e intervenções impetradas pelo poder público para a solução de problemas habitacionais.

Kowarick (1979) pontua que todo indivíduo que não pode pagar pelo “jogo especulativo do mercado imobiliário” e está à mercê dos programas habitacionais, torna-se favelado, pois o favelado, ao ocupar/invadir uma área que não o pertence está dentro de uma situação de ilegalidade, reforçando ainda mais a situação de exclusão social:

Ocupante de terra alheia, o favelado passa a ser definido por sua situação de ilegalidade, e sobre ele desaba o império draconiano dos direitos fundamentais da sociedade, centrados na propriedade privada, cuja contrapartida necessária é a anulação de suas prerrogativas enquanto morador (KOWARICK, 1979, p.91).

Fica evidente que ao despejar as famílias, sem a solução do problema de moradia, o próprio poder público contribui para a disseminação de ocupações consideradas irregulares e essa contradição reforça-se quando observamos que o conjunto ocupado faz parte do programa de desfavelamento do município.

Com a chegada das primeiras 50 famílias no conjunto Estrela Porã III, o processo de reprodução socioespacial do novo local de moradia começou a se delinear. A remoção aconteceu no dia 18 de janeiro de 2005 e, posteriormente, mais famílias foram chegando ao novo conjunto. O poder público ficou responsável pela mudança de cada família e, segundo relatos dos moradores, um

caminhão, disponibilizado pela prefeitura, faria a mudança. A ocupação do novo conjunto foi sendo feita de forma gradativa, durante todo o ano de 2005.

Outro aspecto observado é que a população foi removida do local sem que a área receptora estivesse concluída, no que diz respeito à infra-estrutura, construção da escola, posto de saúde e outros equipamentos que constavam no projeto.

A área receptora inicialmente não conseguiu atender às necessidades dessa população. Muitas crianças não conseguiram vagas nas escolas das proximidades, precisando se deslocar, todos os dias, para a escola na qual estudavam anteriormente, na Vila Cachoeirinha. Segundo depoimentos, na época existia um ônibus que levava as crianças, porém, em dias chuvosos o ônibus não passava, causando transtornos.

A ausência de posto de saúde também trouxe muitos problemas para a população recém chegada. Em pesquisa de campo nos deparamos com a situação angustiante de uma mãe, Dona Sílvia, que buscou atendimento médico para sua filha doente, no posto de saúde do Jardim Flórida (bairro próximo). No posto recebeu a informação de que sua filha não poderia ser atendida, pois era originária de outro bairro e que deveria buscar atendimento no bairro de origem.

Dona Silvia teve que se deslocar para o posto da Vila Cachoeirinha, onde também não conseguiu atendimento, pois disseram a ela que deveria buscar atendimento no bairro onde residia atualmente. Diante dessa situação, a mãe não sabia o que fazer e a única alternativa seria buscar atendimento no PAM (Pronto Atendimento Médico), localizado na Vila Industrial, do outro lado da cidade (porção leste), ou seja, haveria de percorrer uma longa distância com sua filha doente e ainda correr o risco de não ser atendida.

O processo de remoção inicialmente transcorreu de forma esperada pelo poder público, respeitou-se a vontade de algumas famílias, como, por exemplo, no que diz respeito à escolha da casa, respeitando também a proximidade com as mesmas famílias que conviviam anteriormente. No entanto, com a redução dos prazos para a finalização da remoção, a possibilidade de escolha deixou de existir. Muitas mudanças foram feitas às pressas, sem que a família soubesse qual dia e hora iria mudar. A escolha da casa também não pode ser feita, o que trouxe problemas com relação à vizinhança, pois as famílias que moravam próximas não estavam mais juntas. Sobre sua mudança, a senhora Sueli Gonçalves relata-nos o ocorrido com sua família:

Quando nós viemos pra cá eu não tive tempo de preparar nada. Encostou um caminhão na frente de casa e disseram: 'hoje vocês vai' e eu disse: mas como gente! Dá um tempo pra gente! Eu tô sozinha em casa! E eles responderam: 'Não, nós trouxe gente pra ajudar!'. Foi aquela correria. Foi tudo muito rápido. Eu vim pra cá eu não sabia nem onde era minha casa. Eu lembro que meu filho estava trabalhando e não deu tempo nem de avisar que estávamos mudando. Ele chegou lá e perguntou: 'Cadê a mãe?' E falaram pra ele: Sua mãe mudou!'. Mas como ele sabia que agente ia mudar pra cá, ele começou a rodar aqui procurando onde agente tava. Chegou aqui e ficou perdido, aí uma vizinha falou: 'Olha, chegou uma mudança lá perto daquela mata, deve ser tua mãe!'. Aí ele achou.

No relato acima, a racionalidade imposta pelo poder público e a ação de intervenção legitimada pela técnica e pelo planejamento penetram no cotidiano dos indivíduos, limitando as possibilidades de escolha, remetendo-nos a analisar as escalas de tempo dentro do urbano, pois, para o poder público, no papel de agente produtor do espaço, o tempo precisa transcorrer rápido, opondo-se ao tempo de realização da vida, um tempo lento, que para o indivíduo no processo de apropriação espacial, no plano das realizações cotidianas precisa ser

experienciado de forma que não cause a sensação de estranhamento. A imposição dessa situação pelo poder público constrange e coage o indivíduo, que na ausência de alternativas, submete-se a essas condições. Essa questão fica clara no depoimento do senhor Fernando: “É como se invadissem sua vida e ficar dizendo o que você tem que fazer. Você não tem o direito de fazer o que quer!”.

Os novos conjuntos construídos são, para essas famílias, uma imposição, uma vez que o novo lugar não possui os mesmos sentidos e significados que a localidade anterior possuía. Essa situação destrói os referenciais de vida na cidade limitando os usos, uma vez que a cidade, vista como obra humana, carrega a acumulação de tempos no espaço. Ou seja, as relações sociais se concretizam na forma de relações espaciais, modo pela qual se realiza a vida na cidade, engendrada nas formas de apropriação socioespacial e, conseqüentemente, de uso do espaço.

Houve muita resistência à remoção por parte de algumas famílias, principalmente no que diz respeito ao apego ao lugar e a sua casa. Por mais difícil que fosse viver naquelas condições, para alguns, o lugar tinha um valor inestimável, pois foi conquistado com muito sacrifício. Era ali que, mesmo na precariedade, todas as relações se davam, relações com a vizinhança, com a escola, com a igreja, enfim, era naquele lugar onde as relações cotidianas se concretizavam, se manifestavam:

Lá só era ruim por causa da enchente, porque quando chovia entrava água em casa, mas do contrário se não fosse isso lá era melhor, porque lá era mais perto do posto, mais perto do centro. Minha casa lá era três peças, não era melhor do que essa que tenho hoje, mas o lugar era bom. Lá era nosso! Lá quando chovia entrava água. A chuva parava, a água escorria, lavava a casa e pronto, estava tudo bem de novo. (Dona Marinalva).

Ocorre, portanto, a perda dos referenciais de vida na cidade, perde-se a noção de “reprodução social do espaço”, contribuindo para a crise de valores sociais e dos referenciais de vida. O espaço urbano é produto das relações sociais que se realizam pela determinação do tempo no modo de apropriação do espaço, sendo que, “na análise geográfica o tempo se revela no modo de apropriação do espaço, enquanto uso do espaço enquanto condição de realização da vida humana” (CARLOS, 2004, p.79). O lugar é carregado de sentido e significado, é onde as pessoas se identificam com sua própria existência. Lemos afirma:

No lugar habitam os homens todos juntos, vivendo, unindo-se emocionando-se. No lugar se identificam os conflitos e as alianças que lhe dão vitalidade, é onde os homens exercitam sua condição de cidadãos. O mundo se objetiviza, os torna objeto; no lugar é onde os homens se humanizam. Nos lugares, o espaço e tempo constroem e reconstroem incessantemente a habitabilidade dos seres humanos (2001, p.435).

A remoção desestruturou as relações sociais e a apropriação do espaço vivido, pois a identificação com o lugar superava as dificuldades cotidianas. Para Carlos:

A vida, no plano do cotidiano do habitante, constitui-se no lugar produzido para esta finalidade, e nesta direção, o lugar da vida constitui uma identidade habitante-lugar. Assim o lugar se liga de modo inexorável à realização da vida enquanto condição e produto de relações reais. Mas a produção da vida e do lugar revela a necessidade de sua reprodução continuada (2004, p.47).

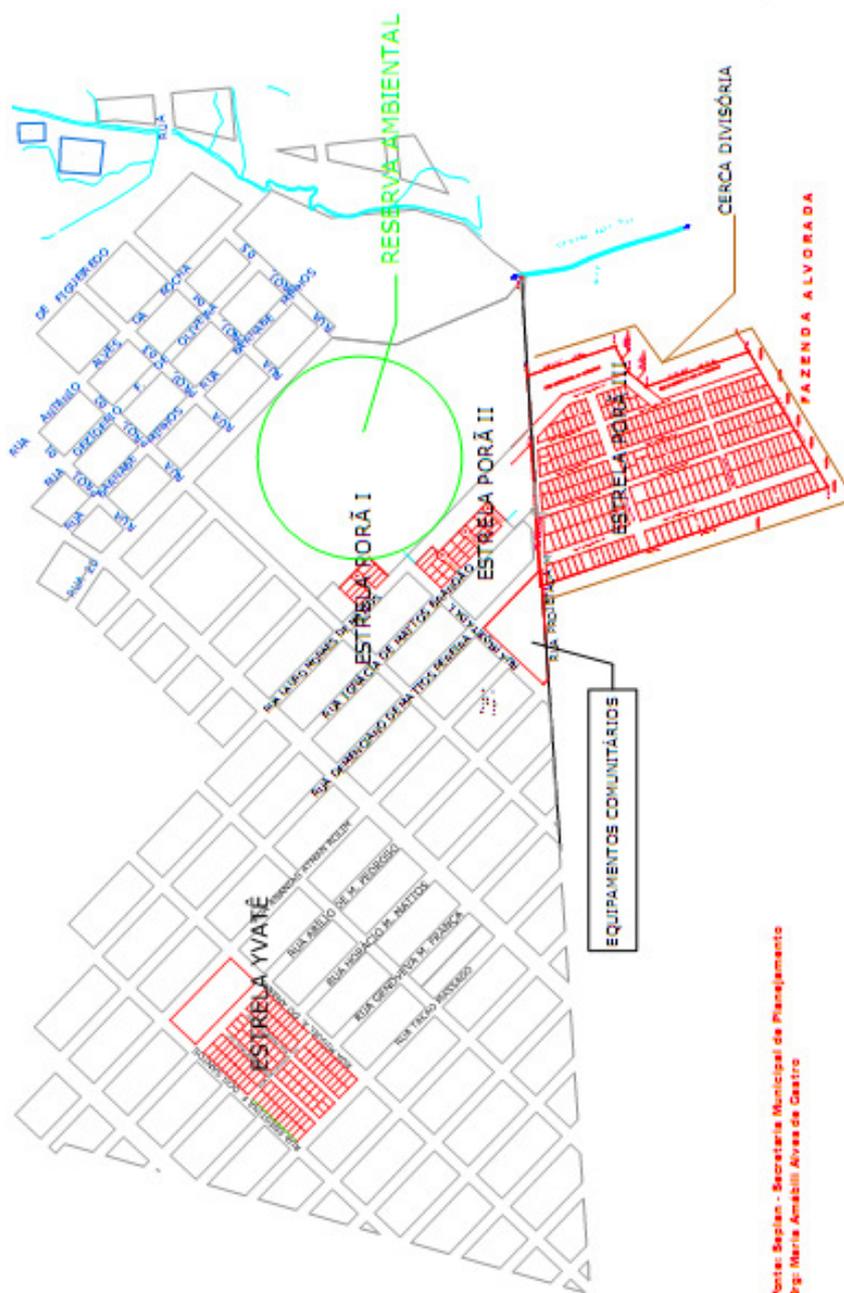
Com o processo de remoção, uma nova ordem se impõe no espaço, novos valores, novos comportamentos, que muitas vezes não se identificam com a realidade antes vivida causando a sensação de estranhamento entre o lugar e o indivíduo:

É assim que o uso ganha significação especial, produzindo a identidade do cidadão com o lugar pela realização das relações sociais e, nesta condição, liga-se a produção da memória que se constitui como produto de um processo de identificação real – uma identidade que se refere ao lugar da ação (do uso) que permeia a vida a faz com que ela se realize (CARLOS, 2004, p.86).

O senhor Fernando compara a remoção a um massacre: “o prefeito usou a estratégia de Herodes, mandaram massacrar todos os pobres e mandou o leão pegar. O pessoal aqui, os demais donos dessas casas aqui, também estão igual a eu (referindo-se ao seu descontentamento com a remoção). As outras pessoas falam: ‘mas vocês estão no seco!’. Mas cadê nossa dignidade? Lá, da porta de casa nós já saía trabalhando, tudo era perto, farmácia, mercado... E aqui? Aqui nós estamos num beco sem saída!”. O “beco sem saída” ao qual se refere o senhor Fernando é a localidade dos Conjuntos Estrela Porã I, II e III que, até o presente momento, encontra-se isolado da Vila Cachoeirinha. Para se chegar ao lugar de origem é necessário dar uma grande volta, o que acaba por tornar o trajeto longo, pois a leste, o Córrego Água Boa, e uma área de propriedade particular, denominada Fazenda Alvorada, “impedem” a passagem para o outro lado.

A necessidade de vínculo com a localidade anterior produz formas alternativas para solução da distância e do tempo para se chegar ao outro lado. Entre o conjunto Estrela Porã e a área particular, Fazenda Alvorada existe uma cerca divisória que delimita as áreas (**Figura 05**). Como solução imediata para o problema de deslocamento, parte da cerca divisória da propriedade particular foi desfeita, e uma “estrada” foi construída por entre a plantação de soja da

FIGURA 5
Dourados 2002
Área Receptora



Ponte: Saplán - Secretaria Municipal de Planejamento
 Org: Maria Amábili Alves de Castro



propriedade, para dar acesso ao antigo local de moradia. É possível observar diariamente, por esse trajeto improvisado, idas e vindas, entre o conjunto e a localidade anterior, pois, mesmo com a remoção, os laços com antigo local de moradia não foram desfeitos. O trabalho, os amigos, familiares, a escola, igreja, ou seja, o “outro lado” ainda é vivenciado fortemente no cotidiano de cada família **(Fotos 08 e 09)**.

FOTO 08



Estrada construída para dar acesso à Vila Cachoeirinha, local de origem das famílias. No detalhe, plantação de soja da propriedade particular, Fazenda Alvorada.

Foto: Maria Amábili Alves de Castro – 2008.

FOTO 09



Portão na Via Parque, que dá acesso à Vila Cachoeirinha interligando as duas localidades, na qual, as famílias utilizam para transitar. Mais adentro, atrás da mata, está o córrego Água Boa

Foto: Maria Amábili Alves de Castro – 2008.

O deslocamento diário entre as duas localidades faz parte de um processo de reprodução das condições de existência dessas famílias, uma vez que as formas de pertencimento, por intermédio da apropriação socioespacial da nova localidade, ainda estão em construção. Podemos observar essa relação no caso da senhora Maria José Barros que, para trabalhar, faz a pé, todos os dias, o percurso entre o conjunto e a antiga localidade. Ela é costureira e diz que aproveita as idas para o local de trabalho para rever os amigos.

Através de práticas socioespaciais cotidianas pautadas nas trajetórias individuais as articulações no espaço se conectam formando a coletividade. Esses são os pontos que condensam as tramas sociais que se materializam:

(...) as práticas urbanas deixam suas marcas no espaço e estas se objetivam, ganham forma e constroem referenciais que permitem entrecruzamentos com histórias, outros percursos, outros eventos que pontilham a história urbana (TELLES, 2006 p.70).

Foram removidas famílias que, não se adaptando à nova localidade, retornaram ao local de origem, alegando não se identificar com o novo local de moradia. A relação de pertencimento/estranhamento com o novo lugar é fortemente apreendida no caso de Dona Guiomar, que saiu do conjunto Estrela Yvatê e retornou para a Vila Aparecida, seu local de origem. Para ela, a nova casa não foi suficiente para que permanecesse no novo conjunto. A identificação e a sensação de pertencimento com o lugar anterior fizeram com que ela colocasse um “fim” nos deslocamentos diários e retornasse:

Eu saí de lá por causa da saúde de minha filha. Ela está doente e eu tenho que ajudar ela. Então pra eu ficar indo e vindo de lá pra cá é muito difícil, é muito longe. Antes não, a gente morava perto um do outro. Meus filhos ficaram aqui. Eu dependo de ônibus pra vir, então fica muito difícil. Essa casa que eu to morando aqui é do meu filho. Lá é meu ainda, deixei um sobrinho cuidando de lá pra mim. Mas tá tudo certinho. Eu fui na habitação (Secretaria de Habitação) e falei que eu vinha e eles me deram um contrato autorizando. Eu fui obrigada a sair dali. Meu marido morreu falando que a casa estava caindo que não queria sair dali. Meu marido faleceu no dia da remoção. Ele fez uma cirurgia no pulmão. O estado de saúde dele não era bom e ele falava: ‘A nossa casa ta caindo, amor!’ Eu dizia: ‘Não está caindo não, meu amor!’ Ele estava delirando. Eu não sei se ele morreu da cirurgia ou de tristeza de saber que a casa estava sendo destruída. Acho que juntou a tristeza por estarem tirando nós dali. (Dona Guiomar)

Durante a entrevista, emocionada, dona Guiomar chorou ao se lembrar de tudo. A depoente morou 22 anos na Vila Aparecida, onde criou os filhos, sendo ali que o sonho da casa se realizou.

Nas trajetórias de vida relatadas pelos entrevistados observamos o processo de reconstrução socioespacial nos novos conjuntos, marcado pela tentativa de se recriar o ambiente antes vivido. Em várias casas no conjunto Estrela Porã III, mesmo diante de algumas limitações, como, por exemplo, o tamanho reduzido dos lotes, a criação de animais como galinhas, vacas, bezerros, cavalos, a plantação de hortaliças e árvores frutíferas se faz presente, ou seja, há uma forte presença de costumes rurais, caracterizado muitas vezes não apenas como vivência, mas também como forma de subsistência para as famílias (**Foto 10 e 11**).

FOTO 10



Observa-se galinhas e patos, como também bananeiras ao redor do quintal.
Foto: Maria Amábili Alves de Castro – 2008.

FOTO 11



Na foto observa-se uma plantação de abacaxis.
Foto: Maria Amábili Alves de Castro – 2009.

As contradições no processo de reprodução socioespacial da nova localidade se expressam na fala do senhor Fernando que, não se contentando com a casa recebida, construiu outra casa ao lado. Em sua fala é possível notar a não identificação com a nova localidade, pois para ele à identificação com o lugar e a casa só teria sentido se sua participação na construção tivesse ocorrido. Construir a sua casa é ver nas paredes erguidas a conquista de algo pelo seu próprio esforço. Ganhar a casa do poder público é uma ofensa a sua dignidade. O orgulho em ter construído a casa, em que morava anteriormente, se faz presente quando ele refere-se à “segurança” que a nova casa oferece: “Qualquer um entra na casa que a prefeitura deu, é fácil de arrombar a casa. A casa que eu construí lá (referindo-se à moradia anterior) era muito mais segura que essa”, referindo-se à qualidade do material utilizado na construção das casas.

A construção de mais uma casa só foi possível, para o senhor Fernando, pelo fato de seu lote ser vizinho à área de preservação ambiental. Assim, apropriou-se de uma parte da mata para a construção da outra casa. Sobrevivia de catar papelão e onde morava anteriormente, na Vila Aparecida, possuía uma boa área de quintal, uma carroça e um cavalo, meios de trabalho. Portanto, a área que anteriormente possuía servia para guardar o material que juntava. Hoje ele não pode mais catar papelão: “A prefeitura não me deixa juntar meu material aqui, na minha casa, por isso tive que parar com o meu trabalho e ainda fui obrigado a desfazer do meu cavalo, não tenho onde criar ele aqui. Ficou só a carroça”, alegou.

Além da outra casa, o senhor Fernando construiu também um barracão para guardar a carroça, furou um poço e fez uma plantação de hortaliças. Para ele, a vida no novo conjunto é muito diferente, não consegue se adaptar. Todos os dias vai para a Vila Aparecida, pois sua esposa não veio para o novo local de moradia, o conjunto Estrela Porã.

Para o senhor Fernando, onde morava anteriormente, a vida tinha sentido, pois “aquele lugar eu ajudei a construir”. Essa afirmação se comprova quando o senhor Fernando convidou-nos, durante a entrevista, para entrar em sua casa e, na parede da sala, observamos fotos da sua antiga casa, na Vila Aparecida, mostrando parte de sua história de vida (**Foto 12**).

FOTO 12



Fotos na parede da sala da casa do senhor Fernando. As fotos revelam momentos de sua vida na Vila Aparecida. A foto na qual ele está sobre os dutos de canalização de água foi uma conquista da comunidade, junto ao poder público: “Eu ajudei a construir esse bairro”, afirmou ele.

Foto: Maria Amábili Alves de Castro – 2008.

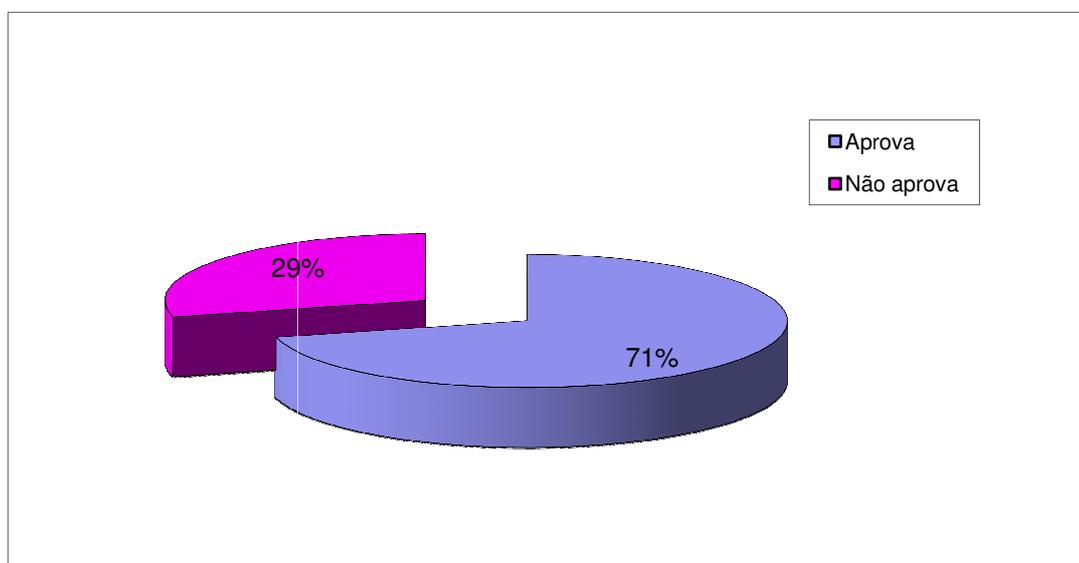
Os laços de afetividade, com a localidade anterior, demonstrados pelo entrevistado, em seu relato, reforçam a rede de sentido e significado que o antigo local de moradia possuía, evidenciando as rupturas nas redes de relações.

É a partir do resgate de histórias que as práticas convergem, hábitos e comportamentos vindos de outros momentos e lugares diversos. Na análise de Telles, “o que importa é puxar essas linhas (ao menos algumas, ou o que o fôlego da investigação permitir) e, a partir daí, tentar apreender o plano de atualidade que atravessa as histórias e situações as mais contrastadas”. (2006, p.70)

Nas entrevistas realizadas²¹, os moradores dos novos bairros (quando questionados sobre sua opinião acerca da política de remoção, ou como avaliam a atuação da prefeitura) – **(Figura 06)**²², revelam que:

Para mim não foi bom, pois onde eu morava eu não tinha problema com enchentes. Eu morava num lugar bom e alto, tinha uma casa boa. Agora tenho que morar nessa casa pequena onde mal cabemos, não entendo por que fomos removidos. (Dona Marlene).

Figura 06
Conjuntos Estrela Porã I, II e III e Estrela Yvatê
Avaliação da População sobre a remoção (%)



Fonte: Pesquisa de Campo
Org: Maria Amábili Alves de Castro (2005)

Para uma parcela da população removida (29%), a iniciativa de remoção trouxe problemas. Problemas como a poeira (ruas sem cascalho), distância do centro da cidade, a falta de farmácia e outros tipos de comércio, transtorno com

²¹ Foram realizadas 60 entrevistas nos Conjuntos Estrela Porã I, II e III, Estrela Yvatê e com as famílias que já haviam deixado de morar no conjunto, e que conseguimos localizar. Obtivemos uma amostragem de 20% de entrevistas. A metodologia utilizada foi a elaboração de um “Roteiro de Entrevista” qualitativo, (anexo nº 28) com o objetivo de dialogar espontaneamente com cada entrevistado.

²² Os dados presentes nesta pesquisa foram coletados a partir de 2005 e finalizaram-se em 2008.

os moradores do conjunto e, até mesmo, falta de telefones públicos, pois o conjunto Estrela Porã como um todo, possui apenas um telefone público.

Em toda a extensão dos conjuntos Estrela Porã I, II e III existe apenas dois mercadinhos para atender a população do bairro, existindo um monopólio praticado nos preços das mercadorias, ou seja, praticam elevados preços, pois não existe a concorrência e, muitas famílias, no momento da necessidade, os moradores, acabam submetendo-se as condições impostas pelos donos dos mercados ou: “Na hora do apuro não come, fica sem comer! Tudo é muito caro!”, desabafa Dona Sueli Gomes.

A desestruturação das relações sociais é evidente, não se consegue mais reproduzir as mesmas relações cotidianas com a vizinhança, com a igreja, com o mercadinho, que era próximo, com a casa, enfim, não se consegue reproduzir as relações que faziam com que a localidade anterior, dentro da sua singularidade, representasse a identidade de cada pessoa que ali vivia.

Embora as famílias hoje estejam numa área alta, longe de enchentes e doenças, um dos determinantes importantes para se garantir a tão propalada dignidade seria a participação de forma efetiva nas decisões do poder público. Para o poder público, em discursos veiculados na imprensa local, dar uma vida digna para aquelas famílias significa oferecer uma moradia, como se somente a casa significasse a garantia da dignidade, deixando claro que outros determinantes foram desconsiderados no processo de remoção, uma vez que o habitar/morar não se resume apenas a casa. Conforme nos aponta Carlos:

(...) primeiramente, porque o homem habita e se percebe no mundo a partir de sua casa. Assim, a casa, envolve outras dimensões espaciais como a rua, depois o bairro; aonde vai se tecendo a trama de relações do indivíduo em sociedade através dos modos de usos dos lugares da

cidade. Assim, cria-se na relação casa-rua-bairro o primeiro quadro de articulação espacial na qual se apóia a vida cotidiana (2004, p. 118).

Nas falas dos removidos observamos que, além da relação de apego com o lugar, existiu também a resistência em se desfazer da casa antiga. Algumas famílias possuíam moradias relativamente boas e amplas, casas que levaram anos para serem concluídas, ou, até mesmo, moradias pequenas e simples, mas que ofereciam aconchego. O lugar poderia apresentar problemas, mas a casa oferecia conforto material ou emocional, conforme observado nos depoimentos que seguem:

Minha casa lá embaixo era pequeninha, gostosa, no seco, forrada. A hora que eu consegui terminar minha casa fui obrigado a sair de lá. Lá era meu. Essas casas aqui têm que pagar, mas tá atrasado. Não acho justo ter que pagar, porque foi uma troca. Quando é uma troca não tem porque pagar. Lá eu só pagava luz e água. Nem sempre se pode contar com o dinheiro todo mês para pagar. (Rosemir).

Minha casa lá era três peças, não era melhor do que essa que tenho hoje, mas o lugar era bom. E essa daqui eu tenho que pagar. Não paguei nenhuma prestação ainda. Lá eu só pagava água e luz. (Marinalva Sobrinho).

Constatou-se indignação das famílias em relação às casas oferecidas; estavam diante de uma situação de imposição por parte do poder público, pois, teriam que aceitar uma moradia com característica diferente das que possuíam; uma moradia de 32 m² e, em alguns casos, de qualidade inferior. Nas palavras de Carlos:

O processo de reprodução espacial se produz como condição, meio e produto da reprodução do capital e do poder político que constrange e coage, limitando usos. É assim que a produção da cidade expulsa “o corpo” (é através do corpo que o indivíduo se apropria dos espaços), empobrece a vida definida em espaços fragmentados pelas estratégias de empreendedores imobiliários. Pois a cidade se transforma em objeto de troca, homogênea pela ação do Estado. A função econômica da cidade se impõe sobre a idéia do habitar a cidade, de um direito à

cidade e, nesse sentido, a casa desaparece diante do alojamento funcional (2001, p.423).

O poder público, como alternativa para uma possível solução desta situação, junto com uma equipe técnica, avaliou as casas que cada família possuía anteriormente. As casas que apresentavam qualidade superior às oferecidas foram trocadas por uma nova casa quitada e ampliada (**Foto 13**). Já outras famílias, cujo padrão da casa anterior era compatível com o preço da casa recebida, apenas tiveram a quitação da nova casa. As demais famílias que não se encaixaram nessas duas situações, receberam a casa, mas com prestações a serem pagas, como forma de aquisição.

FOTO 13



Residência, no conjunto Estrela Porã, que foi quitada e ampliada, pois a casa que o dono possuía anteriormente era considerada de qualidade superior.

Foto: Maria Amábili Alves de Castro - 2008.

Essa situação gerou transtornos para as famílias que teriam de pagar pela casa, pois, por menor que fossem as prestações a serem pagas²³, muitas famílias não possuíam/possuem condições de arcar com esse encargo. Podemos observar na **Figura 07**, que a maioria da população (80%) “comprou”²⁴ sua casa anterior e não tinha a preocupação com o pagamento de encargos mensais dessa natureza. A respeito dessa questão, uma das entrevistadas, Dona Marilúcia, afirma: “Eu não queria sair da minha casa no Cachoeirinha. Sou contra essa prestação, não tenho condições de pagar”. Já o senhor Fernando diz:

... de que adianta dar curso e o diploma na mão se não dão emprego, do que que vai valer isso? Se eles querem receber esses 45 reais (valor da prestação das casas), tem que dar trabalho, porque tem muitas famílias aqui que não tem condições, tem que comer pagar água, luz e remédio e ainda diz que vão tomar casa, isso não é perseguição? A maior injustiça que o prefeito fez foi ter jogado esse povo aqui.

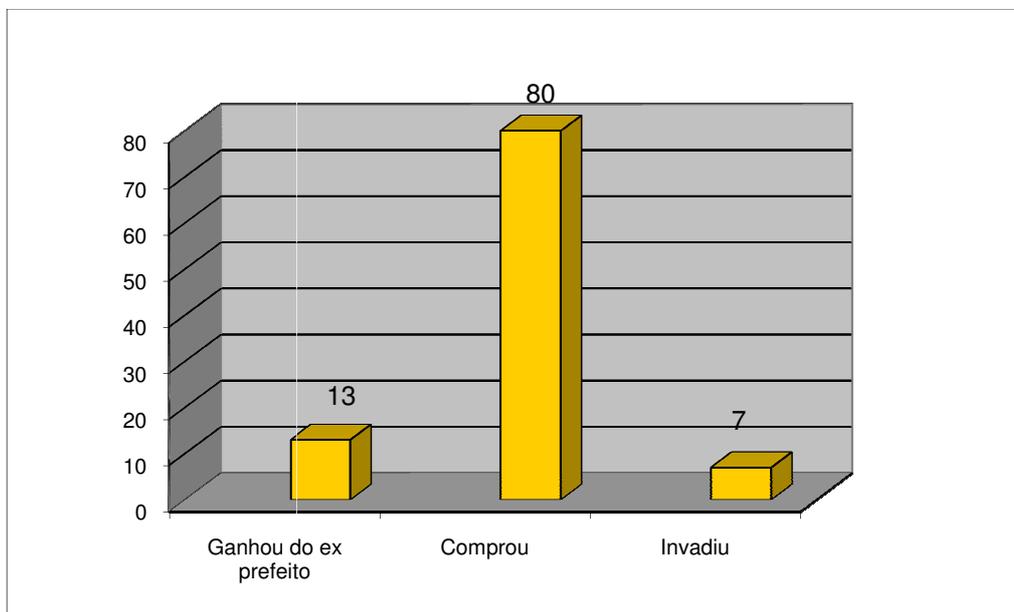
A contradição também se revela em mais uma de suas facetas, quando consideramos que 58% dos entrevistados recebem algum tipo de auxílio do governo (bolsa escola, cesta básica, bolsa família, bolsa de segurança alimentar, etc). Se recebem ajuda, é porque há dificuldade para sobreviver, quiçá arcar com a incumbência de pagamento da prestação da moradia (**Figura 08, 09 e 10**).

Essas famílias vivem a angústia de perder sua casa pela falta de pagamento, pois, além dos gastos com alimentação, água, luz, etc, agora também têm encargos com a moradia, que anteriormente não tinham.

²³ Inicialmente as prestações eram de R\$ 27,00. Hoje, com o reajuste do salário mínimo, as prestações também foram reajustadas para R\$ 45,00. Essas prestações deveriam ser pagas em um período de 10 a 15 anos.

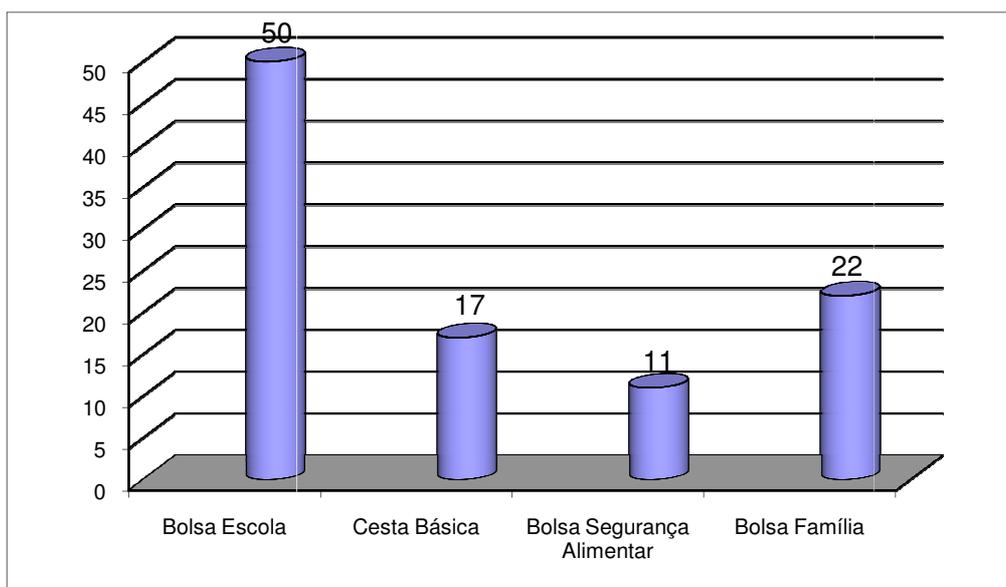
²⁴ Vale destacar que, embora haja pagamento, no caso, a relação de compra se refere à aquisição do direito de usar o local, não envolvendo a compra efetiva, uma vez que não possuíam a escritura dos lotes.

Figura 07
Formas de ocupação da localidade anterior – Área da Vila Cachoeirinha (%)



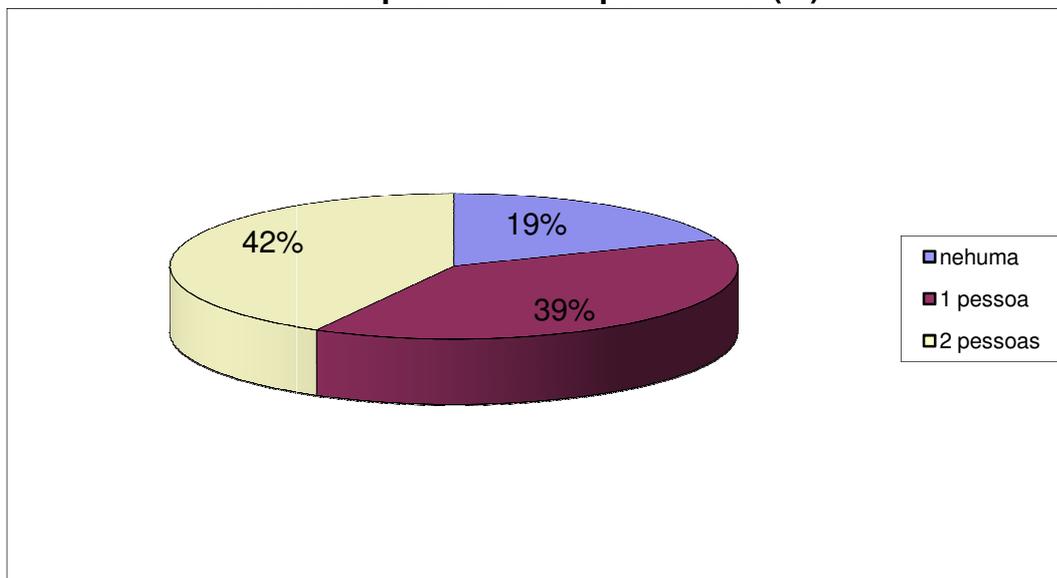
Fonte: Pesquisa de Campo
Org: Maria Amábili Alves de Castro (2005)

Figura 08
Estrela Porã I, II e III e Estrela Yvatê
Tipo de auxílio que recebem do governo (%)



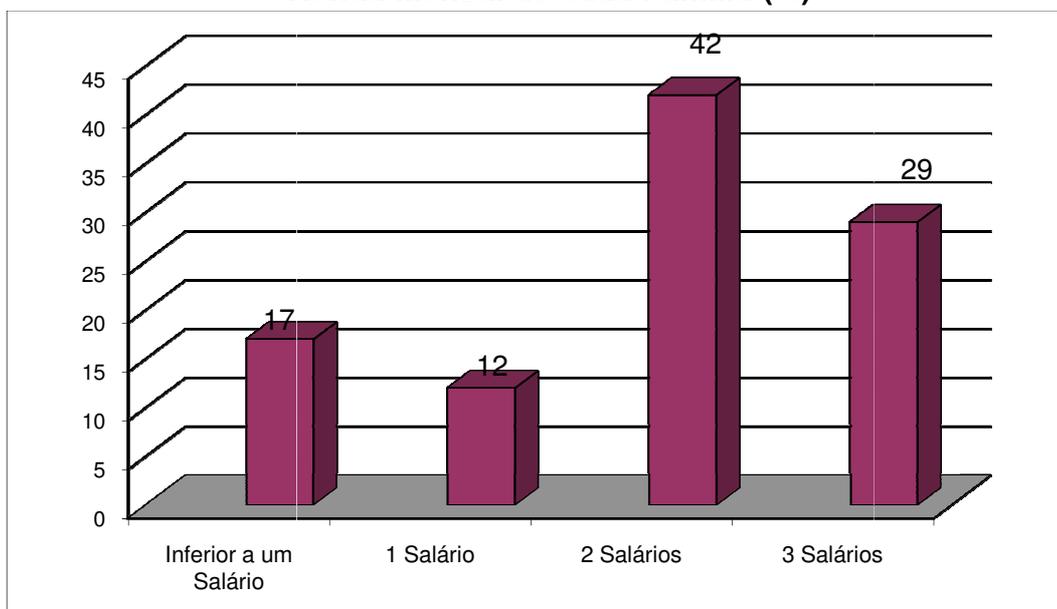
Fonte: Pesquisa de Campo
Org: Maria Amábili Alves de Castro (2005)

Figura 09
Estrela Porã I, II e III e Estrela Yvatê
Pessoas que trabalham por família (%)



Fonte: Pesquisa de Campo
Org: Maria Amábili Alves de Castro (2005)

Figura 10
Estrela Porã I, II e III e Estrela Yvatê
Renda Mensal de cada Família (%)



Fonte: Pesquisa de Campo
Org: Maria Amábili Alves de Castro (2005)

Para essas famílias, a remoção foi extremamente dolorosa, conforme podemos observar nas falas de alguns entrevistados:

Ah! Eu gostava de lá! Eu não gosto daqui não. Aqui é muita poeira. Nós não tínhamos problemas com inundação. Nossa casa era boa. Aqui é muito chato. Não sei explicar! Aqui é muita violência. Misturou todo mundo! Gente de outros bairros. Não gosto daqui. Aqui não pode se envolver com os vizinhos, aqui é cada um no seu canto. Se a gente se envolver muito sai briga. Aqui é muito longe do centro da cidade, tudo é longe! Lá eu tinha asfalto perto, era perto do centro. (Dona Joana).

Eu não tô contente! Porque eles me apartaram da minha família de lá. Eu morava perto da minha família, nós fomos criados juntos com a família. Então removeram nós para cá. Nós tentamos negociar, com outra família, mas trouxeram nós para cá. Eu não tô bem! Eu não tô bem com a habitação nem com nada! Eu to contrariado!

A “mistureira” a qual se refere o senhor Josias foi a falta de cuidado por parte do poder público em não remover juntas as famílias que, anteriormente, moravam próximas uma das outras.

Eu não converso com ninguém aqui, só com meu pai que mora aqui do lado. Não converso com mais ninguém porque são todos fofoqueiros, tem inveja de mim. Tem inveja porque quando quero as coisas eu vou lá e consigo. Eles ficam cuidando quanto você ganha, quanto gasta e o que compra. Não são os mesmos vizinhos que eu tinha lá. (Rosemir).

Quando se refere ao antigo local de moradia e ao processo de remoção, o Senhor Rosemir relata:

Eu acho assim, ali foi uma parte da minha vida. Lá eu tinha tudo que é coisa. Eu saía, eu brincava, era alegre, tinha os amigos. Aqui os amigos parece assim, que tá com a “faca no dente” e sorrindo para você. Pró mim é difícil.

A dificuldade em criar laços/vínculos com a nova localidade se apresenta no dia-a-dia de muitos moradores. Existem famílias, oriundas da remoção, que já não estão mais no bairro, como o caso citado acima da Dona Guiomar, assim também como o da Dona Elisa, Áurea e Edmara, que retornaram para o lugar de origem. Outros, como o senhor Rosemir, não se identificaram com o local e planejam sua mudança. E há aquelas famílias que estão residindo nos novos bairros, mas não vieram junto com as famílias da remoção, como no caso das senhoras Maria Vargas e Giseli Ferreira.

Neste sentido, podemos afirmar que, para muitos não houve a identificação com a nova realidade vivida causando a sensação de estranhamento. O habitar envolve outras dimensões que irão construir a identidade de um lugar, e é a partir da casa que as tramas das relações sociais vão se tecendo e o bairro é elemento fundamental de apropriação espacial pelo indivíduo/habitante.

Diante dessas contradições cabe um questionamento: o poder público realmente promoveu a inclusão social dessa população? Com o processo de remoção, uma nova relação se impõe no espaço e com o espaço, assim como novas práticas e novos comportamentos. É a partir dessas contradições que devemos considerar o processo de remoção e, sendo assim, a cidade esvazia-se em seu sentido de possibilidades para a vida em todas as suas dimensões, reduzindo o habitante/morador a mero usuário do espaço urbano. Conforme apontado, a cidade é vista, no âmbito do planejamento, na sua funcionalidade, não se levando em conta o indivíduo como agente produtor de história, da cidade. Assim, nega-se a cidade como lugar das possibilidades de reprodução da vida humana.

CAPÍTULO 3

DO DISCURSO DA INCLUSÃO À REALIDADE DA EXCLUSÃO VIVIDA

3.1 – Algumas considerações sobre Inclusão Social

Convém destacar que não temos a pretensão de desenvolver um estudo detalhado sobre a questão da inclusão social, mas sim tecer algumas considerações importantes para a análise e a compreensão do processo de remoção, uma vez que a questão da inclusão social marcou fortemente o discurso do poder público, difundindo e reforçando práticas que permearam essa forma de intervenção.

Destacamos ser necessário entender a questão da exclusão social para discutir o processo de inclusão social; a exclusão social está diretamente associada aos pobres, ou aos chamados “excluídos” do mercado de trabalho, e não nos damos conta de que esse processo atinge a sociedade como um todo. A pesquisa e a teoria em torno da pobreza e o processo e a exclusão social tornou-se, segundo Martins (2004), modismo no mundo moderno e globalizado. Ao discutir a problemática, Martins explica:

A palavra 'exclusão' é um desses neologismos enganadores, quando empregada por não-especialistas e quando empregada para comover e convencer. Seus usuários não especialistas já nem se dão o trabalho de explicar que se trata de 'exclusão social', pois na pauta da conversação cotidiana está subentendido que 'só existe' uma modalidade de exclusão, absoluta e genérica. Com facilidade, o rótulo equivocado se transforma em substantivo, o de 'excluídos', como se nós outros os supostamente 'não excluídos', fôssemos imune a fatores de privação social que nos atingem a todos de vários e diferentes modos. Ninguém está protegido contra a exclusão social, nem mesmo quem faz o discurso fácil que pretensamente a denuncia. (2004, p.3).

As políticas sociais em torno da pobreza se atêm somente à questão da fome, como se resolvendo o problema da fome da população pobre, acabasse com a pobreza e tudo ficaria resolvido. Contudo, a questão não deve ser vista somente por esse viés; face às contradições do sistema capitalista, o número de pobres vem aumentando, pois estes já não são mais funcionais ao sistema produtivo.

Segundo Demo (2002), Marx “previu” as transformações que ocorreriam no sistema produtivo capitalista, por isso suas teorias ainda são válidas; ao tratar da passagem da mais-valia²⁵ absoluta²⁶ para a relativa²⁷, Marx explica o início de uma nova fase do capitalismo com o objetivo de melhorar as condições de produtividade, via inserção de novas tecnologias que permitam produzir mais, com menores custos, podendo, assim, baratear a produção.

²⁵ A mais-valia é produzida pelo emprego da força de trabalho. O capital compra a força de trabalho e paga, em troca, salário. Trabalhando, o operário produz um novo valor, que não lhe pertence, e sim ao capitalista. É preciso que ele trabalhe um certo tempo para restituir unicamente o valor do salário. Mas isso feito, ele não pára, mas trabalha ainda mais algumas horas por dia. O novo valor que ele produz agora, e que passa então ao montante do salário, chama-se mais-valia. (DEMO, 2002, p. 60)

²⁶ A Produção da mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas o equivalente ao valor de sua força de trabalho e com apropriação pelo capital desse trabalho excedente. (DEMO, 2002, p.59)

²⁷ A produção da mais-valia relativa gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais. A produção da mais-valia relativa pressupõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus métodos, meios e condições, surge e se desenvolve, de início, na base da subordinação formal do trabalho ao capital. No curso desse desenvolvimento, esta subordinação formal é substituída pela sujeição real do trabalho ao capital. (DEMO, 2002, p.59)

Esse processo se dá em consequência da desvalorização do trabalho humano, que vem sendo substituído pelas máquinas modernas de alta tecnologia que desenvolvem o trabalho em menor tempo. Assim, temos um exército de reserva crescente, que tem como função regular o valor do salário mínimo, desvalorizando a força de trabalho. Na análise de Marx *apud* Demo:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, abrangência e energia de seu crescimento, ademais também a magnitude absoluta do proletariado e a força de trabalho de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível será desenvolvida através das mesmas causas que a força de expansão do capital. A magnitude proporcional do exército industrial de reserva cresce, pois, com as potências da riqueza (DEMO, 2002, p.61).

Essa nova fase, a mais-valia relativa, redefine o papel do trabalhador no sistema capitalista, onde sua força de trabalho já não tem mais tanta importância para o capitalismo, sendo substituída por sua inteligência, pois conforme afirma Demo, a produção cresce sem que ocorra a inserção das pessoas no sistema produtivo, ou seja: “A mais-valia relativa, vista como expressão de uma revolução total dos processos produtivos, no nível técnico e das combinações sociais, aponta para a exploração da inteligência do trabalhador, mais do que sua “força” (2002, p.60).

Martins ressalta que:

Não é estranho, portanto, que esse ser humano, autor do trabalho vivo, posto em competição desvantajosa com a tecnologia moderna, tenha que medir o valor do que faz pela competência produtiva da coisa morta que é a máquina. E tenha o valor de seu produto equiparado ao valor efetivamente reduzido do produto da máquina. Um cenário de transformações do trabalho humano em trabalho supérfluo. Conseqüentemente, o próprio trabalhador se torna supérfluo, vivendo do residual de um sistema econômico que em boa parte se basta a si

mesmo. Aos poucos, o ser humano que trabalha, autor de trabalho produtivo, vai se tornando um arcaísmo, uma aberração social, um ser descartável (2004, p.7).

Com um número crescente de desempregados - mesmo aqueles que estavam inseridos deparam-se com a situação de “exclusão” do mercado de trabalho - passam a viver da informalidade e vivenciam a angústia existencial diante de um mercado de trabalho que exige cada vez mais a qualificação do trabalhador. Para Martins (2004): “... a pobreza e a fome são apenas algumas das expressões dessa fome estrutural e destrutiva maior que é a fome da esperança, de certeza, de segurança”. O assistencialismo passa a ser para esses “excluídos” uma alternativa de sobrevivência diante de um sistema perverso. Até mesmo aqueles que se encontram inseridos no mercado de trabalho, vivem a incerteza de pleno emprego que Martins denomina de inclusão perversa, pois o medo tomou conta de todos. Para o autor, vivemos em uma sociedade de aparências, calcadas na falsa idéia de pertencimento, de inclusão.

(...) A perversidade da inclusão que hoje alcança um número enorme de pessoas está justamente em afogá-las em concepções fictícias de melhora social, e pessoal e socialmente destrutivas, de inserção social, como a droga, a delinquência, a violência, a prostituição. Ou em meios precários de pertencimento e desfrute do que esta sociedade pode oferecer. Claro que esses são os meios eficazes de reinserção dessas pessoas na teia de consumo que assegura a reprodução do sistema econômico. **A inclusão perversa se legitima na simulação do pertencimento**, no teatro do fazer parte, na aparência de ter e ser, mesmo como forma de ocultação da miséria de um quarto de cortiço ou de um barraco de quatro metros quadrados em que se dorme, se cozinha, se faz as necessidades fisiológicas, se cria os filhos... (2004, p. 910. Grifo nosso).

Tenta-se ajustar o pobre ao sistema, o qual torna-se aspirante às políticas assistencialistas. Acredita-se que “dando” cestas básicas ou criando programas de “auxílio”, entre eles o programa bolsa escola, vale gás, bolsa família, ou

mesmo programas habitacionais; o pobre estaria de fato sendo incluído. Essa situação assistencialista coloca o pobre numa situação de “fé” excessiva no Estado, como se este fosse capaz de dar assistência a todos os excluídos do mercado de trabalho. Imaginar que o Estado possa assistir a todos ou que haja uma redistribuição de riqueza pelo sistema capitalista é ilusão.

A própria forma de inclusão através do assistencialismo não deixa de ser uma forma de exclusão, pois acaba afirmando que se o pobre não tem condições de se auto-sustentar, ele precisa ser mantido por quem pode se o sustentar. Para Demo (2002 p.12), a inclusão passa pelo viés da cidadania, ou seja, “...encobre-se que assistência não é estratégia de combate à exclusão e exige muito mais que assistência, sobretudo, inserção laboral e supremacia da cidadania”. Ainda para o referido autor: “... essa ‘santidade social’ será sempre muito difícil em qualquer sistema, em particular ao capitalismo, ainda que, sob o peso de uma cidadania muito qualitativa, fosse possível avançar até certo ponto, mas não ao ponto de colocar a cidadania acima do mercado”.

Nessa conjuntura, podemos observar que fica cada vez mais difícil exercer a plena cidadania no sistema capitalista, isso custaria os privilégios de alguns. É a maioria excluída da sociedade que sustenta esse sistema e o próprio sistema capitalista não garante a justiça social, justificando o fato de uma parcela significativa da sociedade estar excluída de qualquer bem-estar, sem entender porque isso ocorre.

Nesse sentido, o exercer da cidadania passa pelo viés do conhecimento, que permitiria aos pobres ver que a fome é imposta. Nas palavras de Demo (2002, p.5): “... o maior problema das populações pobres não é propriamente a

fome, mas a falta de cidadania que os impede de tornarem sujeitos de história própria, inclusive de ver que a fome é imposta”.

Logo, não há nenhum interesse por parte do sistema capitalista em modificar essa situação através da plena cidadania. É através do discurso ideológico e da elaboração de leis, que se tenta escamotear a situação de desigualdade social, fazendo com que percebamos tudo como sendo normal. Como exemplo, podemos destacar a questão da moradia; imprescindível para a vida de qualquer ser humano, pois de alguma maneira ou em algum lugar todos nós precisamos morar ou ocupar um lugar. Está previsto em lei que todos têm direito à moradia, no entanto, na prática, isso não ocorre, pois só tem esse direito quem pode pagar, ou seja, morar não é um direito, mas um privilégio dos que podem pagar pela mercadoria casa, ficando grande parte da população excluída dessa condição considerada básica para se ter uma vida digna.

Assim, não é possível entender a exclusão sem os conflitos sociais. É diante das várias formas ou facetas de exclusão social, que pontuaremos a seguir, como essa realidade se faz presente na vida cotidiana.

3.2 – “A minha profissão doutor, é ladrão”²⁸

“As humanidades são ao mesmo tempo ordem e transgressão” (Rouanet)

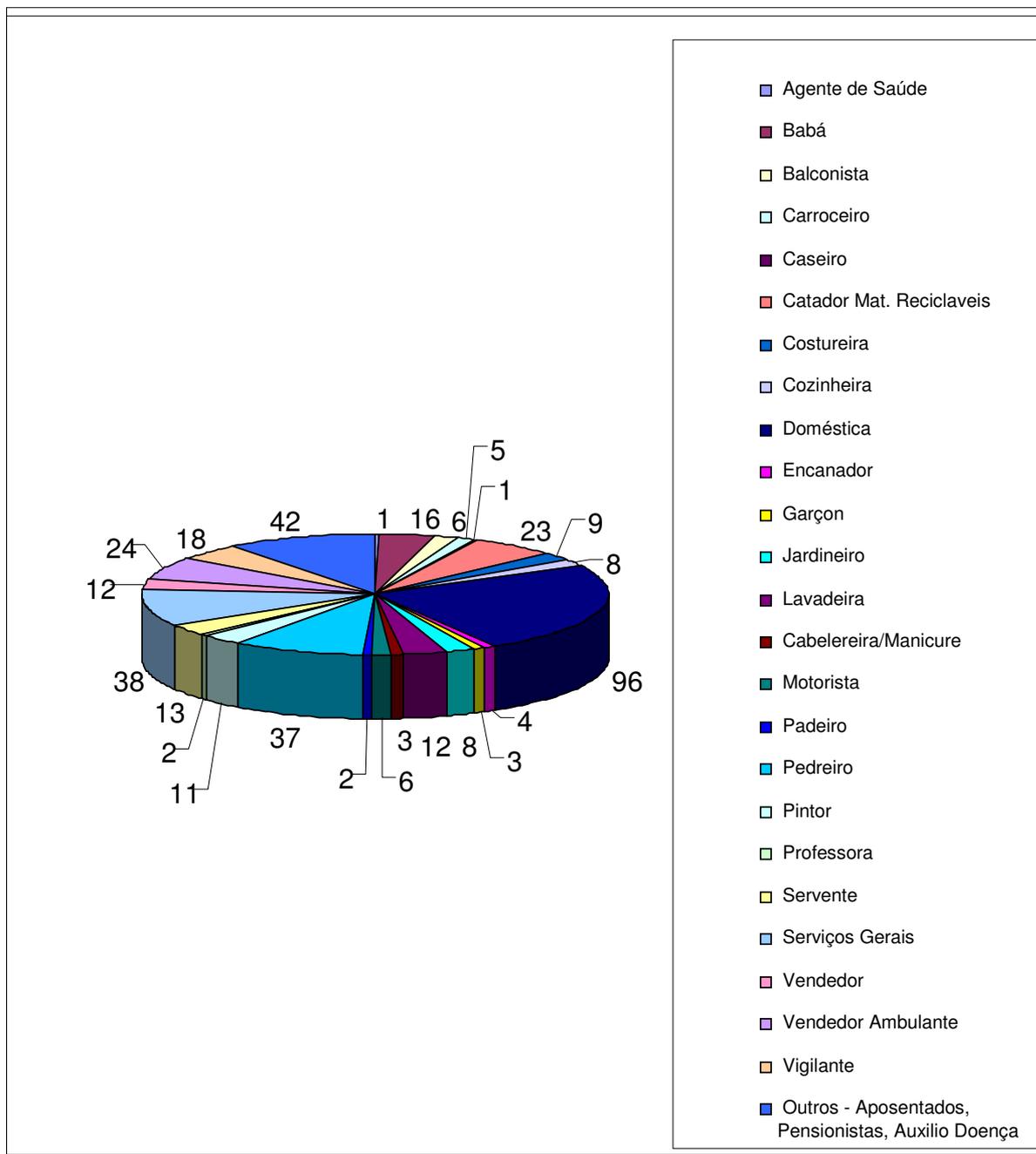
No processo de luta pela vida, formas alternativas são adotadas como mecanismo de sobrevivência. Sobrevivência, não apenas garantida pelo assistencialismo ou pelo trabalho informal, mas também por outras formas tidas como ilícitas como, por exemplo, o roubo e a criminalidade. Para analisarmos²⁹ uma das facetas da exclusão, abordaremos a realidade vivida pela população da Vila Cachoeirinha e conseqüentemente a população dos conjuntos Estrela Porã I, II e III, e Estrela Yvatê, pois dentre as contradições existentes no processo de (re)produção socioespacial dos referidos conjuntos, está fortemente presente a criminalidade. A marginalidade e a situação de exclusão social são fatores que contribuíram e de certa forma ainda contribuem para esse processo.

Além do problema ambiental persistente, de alguma forma a população tem convivido com um problema ainda maior: a exclusão sócio-econômico-profissional. Parte considerável da população da Vila Cachoeirinha ainda possui elevado nível de pobreza. A ausência de perspectiva de superação dessa situação em decorrência do baixo nível de escolaridade e baixa qualificação da mão-de-obra faz com que o desemprego, o subemprego e a criminalidade estejam fortemente presentes no cotidiano dessas pessoas (**Figura 11 e 12**).

²⁸ Título de uma matéria publicada no Jornal O Progresso, em 20 de março de 2008 (anexo nº08).

²⁹ Análise feita através de reportagens divulgada pela imprensa local (anexo nº09 ao 25).

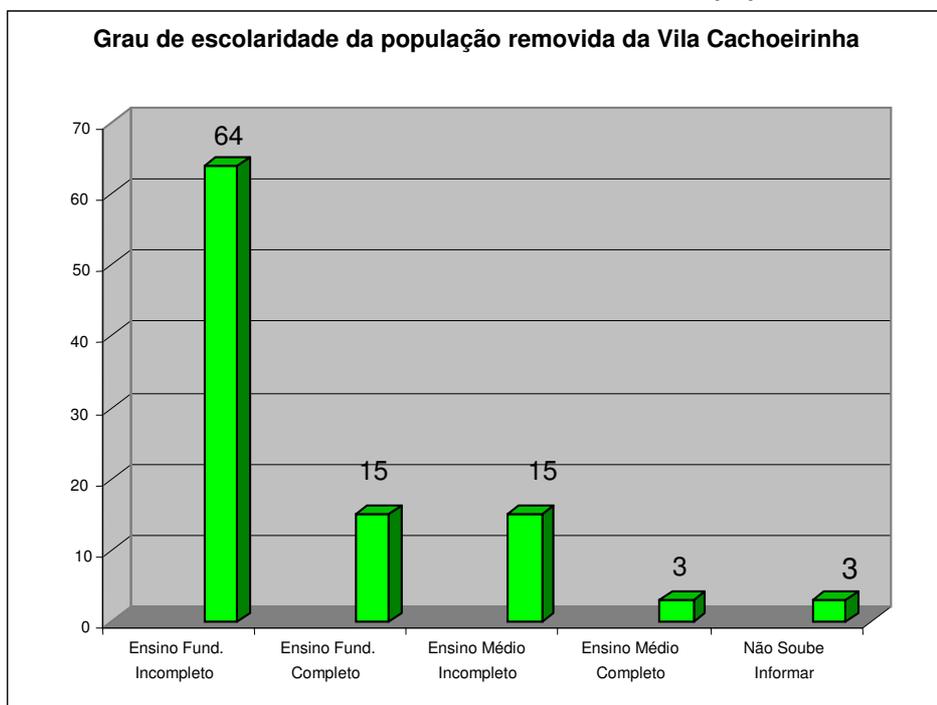
Figura 11
Perfil socioeconômico das famílias removidas da Vila
Cahoeirinha



Fonte: Relatório Perfil Socioeconômico HBB – amostra de 100% (valores expresso em números, totalizando 400 famílias).

Org: Maria Amábili Alves de Castro (2005)

Figura 12
Estrela Porã I, II e III e Estrela Yvatê
Grau de escolaridade das famílias (%)



Fonte: Pesquisa de Campo
Og: Maria Amábili Alves de Castro (2005)

O título “a minha profissão, doutor, é ladrão” reproduz a fala, e também intitula uma matéria divulgada pela imprensa local³⁰, na qual enfatiza o retrato social vivido pelas famílias na área da Vila Cachoeirinha. A fala acima se refere ao caso policial do personagem Kelvis Atila Aquino Pousan, mais conhecido como “Jubileu”, que foi preso em flagrante pela polícia militar acusado de tentativa de furto em uma distribuidora de gás na Vila Cachoeirinha. “Jubileu”, após ser capturado, foi levado até a delegacia, na qual já tem diversas passagens por furto. O delegado, ao preencher a ficha do acusado, perguntou a ele qual era a sua profissão. Sem pensar, disse que era ladrão. Surpreso com a resposta, o

³⁰ Reportagem na íntegra no anexo nº08.

delegado tornou a questioná-lo sobre sua profissão, na qual ele disse: “doutor, a minha profissão é ser ladrão”.

“Jubileu” tem no roubo sua “profissão”. Ser ladrão para ele é um meio de “ganhar a vida” como qualquer outro. É assim que busca sobreviver em uma sociedade em que a saída encontrada, em muitos casos, é transgredir a ordem estabelecida, pois o próprio sistema pressupõe a destruição dos meios autônomos de vida uma vez que retira do indivíduo os meios e instrumentos para se reproduzir enquanto força de trabalho. Podemos traçar a “visualização da cidade como problema e ao mesmo tempo como um lugar de progresso representativo da sociedade como um todo” (RODRIGUES, 1988, p. 104).

Fica evidente que o emprego é fator fundamental para definir a condição do indivíduo na sociedade reforçando a exclusão social, “porque a exclusão é profundamente um processo pelo qual maiorias são afastadas dos acessos integradores principais na sociedade, sobretudo do mercado de trabalho” (DEMO, 2002, p.33). Sem emprego, o indivíduo é marcado pela vagabundagem, “mendicância”, criminalidade e outros termos que se costuma qualificá-los.

No capitalismo, a inclusão pela via do mercado é ainda a mais garantida e estrutural, ainda que este efeito não provenha do mercado, mas, sobretudo da cidadania capaz de se impor ao mercado. Por isso mesmo, ‘o emprego detém papel central em todas as novas iniciativas de inserção social’ (ROOM, ROBBINS *apud* DEMO, 2002, p.36).

O modo como a imprensa trata a questão, traz em si o que Chauí (2003) chama de discurso dominante³¹, que permeia todas as classes sociais, em relação aos pobres, aos favelados, aos excluídos, aos que estão à margem do

³¹ “A ideologia dominante é o da classe dominante” – CHAÚÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo, Ed. Cortez, 2003.

sistema ou, aprisionados a uma situação que nada mais é que a pura forma de resistência contra o que se vê se ouve e se fala da própria condição de vida e vivência dessas famílias.

O desafio da análise é confrontar pontos de vista, pois de certa forma tendemos a incorporar pensamentos, imagens e saberes daquilo que nós mesmos não experienciamos na essência e acabamos por reproduzir o discurso dominante. Conforme aponta Bourdieu:

Não basta dar razão de cada um dos pontos de vista tomados separadamente. É necessário também confrontá-los como eles o são na realidade, não para os relativizar, deixando jogar até o infinito o jogo das imagens cruzadas, mas ao contrário, para fazer aparecer, pelo simples efeito da justaposição, o que resulta do confronto de visões de mundos diferentes ou antagônicas: isto é em certos casos, o trágico que nasce do confronto sem concessão nem, compromisso possível de pontos de vistas incompatíveis, porque igualmente fundados em razão social (1997, p.11).

Essa situação é reforçada pela sociedade que “cria estereótipos” em relação ao lugar e para os indivíduos que ali vivem. O lugar interfere no “valor” do indivíduo, interferindo no próprio exercício da cidadania; a possibilidade de ser mais ou menos cidadão, de ter mais ou menos prestígio sócio-profissional, vai depender do lugar que o indivíduo ocupa. Ao analisar essa questão, Santos afirma:

Nisso, o papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro (2002, p.114).

O valor do indivíduo varia conforme os diferentes níveis de acessibilidade e sua localização no território, ou seja, existe uma correlação entre a localização e o nível social e de renda, “o espaço urbano é diferencialmente ocupado em função das classes em que se divide a sociedade urbana” (SANTOS, 2002, p.83).

Para Milton Santos, as diferentes formas de ocupação do espaço urbano estão relacionadas aos contrastes na distribuição de bens e serviços. Indivíduos de diversas classes apropriam-se da cidade de forma diferenciada segundo sua posição financeira.

As condições existentes nesta ou naquela região determinam essa desigualdade no valor de cada pessoa, tais distorções contribuindo para que o homem passe literalmente a valer em função do lugar onde vive. Essas distorções devem ser corrigidas, em nome da cidadania (SANTOS, 2002, p.112).

Também vale destacar outro fato de muita repercussão na imprensa, o assassinato de Josué de Lima por seu vizinho, Ricardo, mais conhecido como “Loucura”. O crime aconteceu no conjunto Estrela Porã no dia 16 de agosto de 2007³². Em entrevista com o pai da vítima, senhor Josias Lima, ele relatou o motivo do assassinato e a angústia diante da perda do filho:

Me tiraram da minha família e fizeram essa “mistureira”, colocaram assassino e maconheiro perto de gente honesta, de bem. Bagunçou tudo! Tá tudo diferente. Não estou contente com o que o prefeito fez (referindo-se a remoção). Eu fui ajudar meu vizinho, emprestei energia para eles, aí meu filho um dia foi tirar a energia e eles invadiram minha casa e mataram meu filho, por causa da minha energia. Meu filho cortou a energia. Nós emprestando e eles acharam ruim ainda. Mataram meu filho e eu ainda que paguei a conta de energia. Agente ajudava e o que ganhamos em troca? Levaram meu filho! Se eu estivesse onde estava meu filho estaria comigo (Josias Lima).

³² Em anexo, reportagem divulgada pela imprensa e também entrevista na íntegra, realizada com o pai de Josué Lima, o senhor Josias Lima (anexo nº24).

A realidade vivida pela população na Vila Cachoeirinha é o contraponto para compreender o processo de (re)produção socioespacial dos conjuntos Estrela Porãs I, II, III e Estrela Yvatê. Por serem conjuntos habitacionais construídos para receber as famílias removidas da Vila Cachoeirinha, deve-se partir da seguinte análise: o processo de remoção dessas famílias, para uma nova localidade, não implica somente na remoção de corpos; removem-se também valores, desejos, conflitos, anseios e aspirações de cada indivíduo.

As formas de (re)produção das relações socioespaciais a partir das práticas cotidianas vividas por essas famílias antes da remoção foram transportadas para os novos conjuntos e, de certa forma, mais agravados/reforçados, principalmente na questão da criminalidade, observada em quase todas as falas dos entrevistados (anexo nº27). Isto é observado claramente na fala do senhor Josias, que vê na remoção o principal fator para a desestruturação das relações sociais anteriormente vividas. O sentimento de não pertencimento ao novo lugar é visivelmente aprendido em sua fala quando afirma que “está tudo diferente”. Ele não se reconhece enquanto indivíduo/cidadão no novo bairro; a sensação de estranhamento evidencia a ausência de história própria no processo de construção do lugar.

Dentre as entrevistas realizadas com os moradores do conjunto Estrela Porã III, a do senhor Romildo nos chamou a atenção:

Aqui parece a Cidade de Deus do filme. Parece muito. Olhando assim essas casas, o clima, tudo parece a Cidade de Deus. No passado, tinha até um Zé Pequeno aqui. Muita bandidagem. No primeiro ano que cheguei aqui morreram quatro. Mas ele foi embora.

O filme Cidade de Deus é uma referência de análise para a criminalidade no conjunto; a disposição linear das casas (todas iguais) e o número de crimes que se tem notícia remetem aos mesmos conflitos e situações vividos em favelas nas grandes metrópoles. Só muda o nome dos personagens e o lugar, mas o “cenário” apresenta características semelhantes.

É, nesse sentido, que optamos por analisar a forma como a imprensa trata os fatos; as formas de violência e criminalidade também compõem os fluxos urbanos e a própria experiência da cidade. A imprensa apropria-se e age sobre os fatos, fabricando coletivamente a representação do social. Essa representação, muitas vezes, é afastada da realidade e acaba por reforçar as interpretações “espontâneas” e mobilizam, de certa forma, os prejulgamentos. Champagne *apud* Bourdieu (1997) ao analisar a questão nos esclarece:

Os dominados são os menos aptos a poderem controlar sua própria representação. O espetáculo de sua vida quotidiana não pode ser, para os jornalistas, senão ordinário e sem interesse. Porque eles são desprovidos de cultura, e, além disso, incapazes de se exprimir nas formas requeridas pela grande mídia. (...) A mídia fabrica, assim, para o grande público, que não está diretamente ligado a uma apresentação e uma representação dos problemas que enfatizam o extraordinário. Isto tende a reter somente as ações violentas, os confrontos com a polícia, os atos de vandalismo, um supermercado em chamas ou carros queimados, e a dar de modo misturado, como causa dessas desordens, as explicações colhidas pela imprensa, os abusos policiais, a desocupação dos jovens, a delinqüência, ‘as más condições de vida’ nesses subúrbios³³, as condições de moradia, o quadro de vida sinistro, a falta de infra-estrutura para esportes e lazer, a superconcentração de populações estrangeiras, etc (1997, p. 68 -69).

Para Bourdieu:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a

³³ Subúrbio: termo utilizado para designar favelas, ou condições de vidas subumanas nos países europeus.

outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a 'domesticação dos dominados' (1998, p.11).

Essa situação cria em torno da sociedade um círculo vicioso, pois a forma de representação dos dominados é pouco expressada em seus discursos, porque são dificilmente ouvidos, “fala-se deles mais do que eles falam e, quando falam aos dominantes, tendem a tomar um discurso emprestado, o que os dominadores usam” (CHAMPAGNE *apud* BOURDIEU, 1997, p.69). É como se a composição do grupo social estivesse predeterminada e, muitas vezes, o que precisa ser compreendido nas falas não é o que se diz mais quem diz.

Embora 64% (retomar **Figura 11**) dos indivíduos da Vila Cachoeirinha tenham grau de escolaridade considerado baixo, existe uma parcela que rejeita a visão da imprensa, expressando indignação: “Todos pensam que aqui é um antro de marginais”. Outros até mesmo questionam o pesquisador: “não tem medo de ir naquela vila? Lá é muito perigoso!”. Como se todas as famílias que lá vivessem fossem marginais, criminosas, reforçando ainda mais o estigma do lugar a que se pertence.

As condições existentes nesta ou naquela região determinam essa desigualdade no valor de cada pessoa, tais distorções contribuindo para que o homem passe literalmente a valer em função do lugar onde vive. Essas distorções devem ser corrigidas, em nome da cidadania (SANTOS, 1987, p.112).

As distorções acerca deste ponto de vista nos levam a indagar se é somente a classe considerada baixa que comete crimes. Na chamada classe média e alta também existem criminosos, marginais, corruptos, que, muitas vezes, cometem atrocidades maiores. A diferença é que quase não se houve

falar, enquanto o pobre é espetáculo para a sociedade. Dessa forma o próprio ato de transgressão recebe tratamento diferenciado dependendo da classe social.

Conforme Santos (1987): “O cidadão é indivíduo num lugar”; a precariedade da cidadania é o cerne da pobreza e não como pensam muitos teóricos que a pobreza é definida pela carência material. Assim como o “Jubileu”, o “Loucura” e outros indivíduos-personagens que configuram os atos e fatos na imprensa, na chamada classe média ou alta também existem fatos na qual poderiam ocupar as páginas policiais dos jornais de forma democrática com os indivíduos da classe social considerada baixa. Para “cada estilo de cidadania vai depender o estilo de solução: violenta, abrupta ou negociada; estamos diante de um futuro incerto” (DEMO, 2002 p.113). De qualquer modo ainda sobressai, entre os indivíduos que vivenciam essa situação, a sensação de impotência diante de um sistema que mais exclui do que inclui. A criminalidade é apenas uma das facetas do agravamento da exclusão.

CAPÍTULO 4

A DIMENSÃO DO LUGAR NA ANÁLISE DO VIVIDO: TRAJETÓRIAS E LEITURAS

Neste capítulo, pontuaremos algumas formas de apropriação espacial para a construção da vida, a partir dos referenciais apontados pelos moradores do novo lugar. Destacamos que a cidade é produto das relações sociais em função das ações acumuladas através do tempo, impetradas por agentes que reproduzem o espaço. Assim, a cidade é produto, condição e meio de reprodução da sociedade. O ser social se realiza ao longo do processo histórico através da apropriação espacial para a produção da vida humana. Deste modo, a análise da cidade, em sua dimensão espacial, se abre para a análise da vida humana em sua multiplicidade.

É a partir do cotidiano do indivíduo, no plano do lugar, que a realização da vida se faz enquanto prática social. Nesse sentido, a construção do lugar se revela, fundamentalmente, enquanto construção de uma identidade que dá conteúdo e sentido à prática socioespacial. É através da prática que o tempo se acumula na cidade criando o quadro de referência da vida.

O lugar é, assim:

A porção do espaço apropriável para a vida, revelado no plano da microescala: o bairro, a praça, a rua, o pequeno e restrito comércio (...) A análise da vida cotidiana envolve o uso do espaço pelo corpo, o espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas: as relações de vizinhança, o ato de ir às compras, o caminhar, o encontro, os jogos, as brincadeiras, o percurso reconhecido de uma prática vivida/reconhecida em pequenos atos corriqueiros e aparentemente sem sentido que criam laços profundos de identidade, habitante-habitante e habitante lugar, marcada pela presença (CARLOS, 2001 p.35).

A sociedade, ao se reproduzir, produz continuamente sua existência e, conseqüentemente, o espaço, sendo este, carregado de experiências, de práticas. No plano do lugar, é onde a vida humana se realiza, nos atos do cotidiano, através das formas de apropriação que se realiza pelo uso que se confere ao espaço; é a partir das formas de uso em que o ser humano constrói e cria sua identidade através de sua relação com outros indivíduos, condição fundamental da existência humana.

Para as famílias removidas, a construção do novo lugar é um desafio que se renova a cada dia. Dar forma e conteúdo a um espaço desprovido de referências significa despojar de uma realidade conhecida/vivida, banhada de experiências em favor da construção do novo; é preciso experienciar, viver o desconhecido, para que se torne realidade construída, conhecida: “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que conhecemos melhor e o dotamos de valor” (TUAN, 1983, p.6).

Para o morador do novo lugar, a realidade é confusa; é preciso que a experiência de viver naquele lugar se torne íntima até que as imagens se ordenem na espacialidade do lugar. Para Tuan (1983), o lar fornece uma imagem do passado e por ser a centralidade da vida é onde a vida começa e se origina.

Para o indivíduo, o lugar transformado/modificado infere diretamente em sua relação espaço-tempo, redefinindo as relações sociais anteriormente

estabelecidas. O espaço, neste sentido, se torna *amnésico*, ausente de formas e conteúdos até então experienciados. É a partir da reprodução das relações socioespaciais, que envolve o cotidiano de cada indivíduo, que a história se produz e se reproduz. O cotidiano é o momento histórico do processo de reprodução em suas multiplicidades de aspectos/sentidos e valores (CARLOS, 2001).

O indivíduo é resultado de sua experiência íntima com o lugar, portanto, a adaptação ao novo faz-se à medida que as relações sociais se materializem no espaço, através da espacialização das ações de cada indivíduo envolvido no processo de construção. O ambiente construído define as funções e relações sociais; cria a identidade de cada indivíduo reconhecendo a si mesmo no processo de construção do novo:

Mas 'sentir' um lugar leva mais tempo: se faz de experiências, em sua maior parte fulgazes e pouco dramáticas, repetidas dia após dia e através de anos (...) Conhecer um lugar certamente leva tempo. É um tipo de conhecimento subconsciente. Com o tempo nos familiarizamos com lugar, o que quer dizer que cada vez mais o consideramos conhecido. Com o tempo uma nova casa deixa de nos chamar atenção; torna-se confortável e discreta como um velho par de chinelos (TUAN, 1983, p.203).

No entanto, para que o processo de identificação com o novo lugar ocorra é inevitável que as contradições e conflitos no processo de apropriação espacial aconteçam. As diferentes formas de uso do espaço experienciada por cada família removida evidenciam os conteúdos deste processo. É através das histórias e trajetórias de vida que podemos apreender os dramas vividos pelo indivíduo, no estranhamento com o novo lugar, nos deslocamentos diários para o lugar de origem, nas tentativas de (re)criar o lugar anterior no novo local de moradia, as modificações nas relações com a vizinhança, o apego com a casa e a

afetividade com o lugar de origem, enfim, é a partir das tramas das relações que podemos traçar pontos de convergência entre o passado e presente. Para Carlos (2001), os lugares vão ganhando significados pelo uso, no modo de apropriação particular/específica que cada indivíduo faz.

Como decorrência de uma prática social vivida, cada sujeito se situa em um espaço onde se reconhece; assim o espaço incorpora atos de criação de um mundo habitado e habitável, reconhecido e identificado pelos habitantes (CARLOS, 2001, p.279).

A morfologia espacial dos conjuntos Estrela Porã I, II e III e Estrela Yvatê confronta com o quadro de referenciais de vida das famílias removidas; os ritmos da vida cotidiana foram alterados; as formas e funções espaciais que davam sustentabilidade à construção da identidade permanecem apenas na memória, revelando a indissociabilidade entre espaço e tempo. Conforme aponta Carlos: *o estranhamento provocado pelas mudanças no uso do espaço e por uma nova organização do tempo na vida cotidiana coloca o indivíduo diante de situações mutantes inesperadas.* (2001, p.33).

Para Heidegger (*apud* Harvey, 1989) o espaço contém tempo comprimido, e o espaço fundamental para a memória é a casa – uma das maiores forças de integração dos pensamentos, lembranças e sonhos. Porque é dentro da casa que aprendemos a sonhar e a imaginar. É no seio da casa que tudo começa. No lugar, cada objeto ou coisa tem uma história que se confunde com a história dos seus habitantes:

É assim que o uso ganha significação especial, produzindo a identidade do cidadão com o lugar pela realização das relações sociais e, nesta condição, liga-se a produção da **memória** que se constitui como produto de um processo de identificação real – uma identidade que se

refere ao lugar da ação (do uso) que permeia a vida a faz com que ela se realize (CARLOS, 2004, p.86. Grifo nosso).

A reprodução do espaço apresenta como tendência a destruição dos referenciais urbanos, sustentado por relações conflituosas: estranhamento/identidade reforçando a destruição dos referenciais individuais e coletivos. O processo, embora vivenciado coletivamente, é repleto de singularidades. Nos relatos, os moradores se identificam porque vivenciaram um mesmo passado, histórias em comum na construção de um lugar, a casa e o bairro de origem formavam os sustentáculos para a reprodução da vida.

Quando eu cheguei na Vila Aparecida eu morava num barraco de lona. Ai ganhei a terrinha. Quando chovia molhava tudo dentro. Morávamos em nove pessoas. Ai minha filha arrumou um emprego, fomos construindo a casa. Começou com duas peças, até que por fim a casa ficou pronta, grande, com oito peças. (Dona Guiomar)

Eu morei na Vila Aparecida dezenove anos. Meu pai comprou a casa lá. Comprou o terreno e nós construímos a casa. Quando nós mudamos para lá eu tinha sete meses de vida e morei lá até meus dezenove anos. Eu construí minha vida lá. (Naiara Silva)

Minha propriedade lá foi adquirida pela prefeitura. A prefeitura que deu, lá no Cachoeirinha, ai nós compremos só o direito porque o rapaz tinha mil tijolinhos, então ele cedia o terreno se comprasse os tijolinhos, ai nós compremos no valor de Cinquenta Cruzeiros os tijolinhos ai ele passou a doação do terreno pra nós. (...) Morei quatorze anos lá, tenho muito conhecimento dentro da Vila Cachoeirinha. Mesmo com minha casinha de duas peças, que era numa esquina, eu saia tranqüila. (Maria Souza).

Anteriormente tudo era conhecido/reconhecido e a afetividade demonstrada nas falas dos entrevistados compõe a identidade de cada indivíduo e é o meio pela qual se pode participar da vida social do lugar. A diferenciação entre o tempo de reprodução da vida e o tempo das transformações morfológicas

são bases para a produção do estranhamento entre indivíduo e o lugar, conforme esclarece Carlos:

O processo de constituição da sociedade urbana produz transformações radicais na relação espaço-tempo que podem ser entendidas, em toda sua extensão, no lugar, nos atos da vida cotidiana, enquanto a paisagem urbana aponta para a existência de formas sempre cambiantes (2001, p.32).

Conforme apontado, a superação do estranhamento só será possível após o conhecimento e experiências através da prática espacial, o que leva tempo para acontecer, e, no entanto, as formas de resistência persistentes através da memória, em algumas falas, demonstram que esse processo não ocorre na mesma proporção para todos, como nos mostram os relatos abaixo:

Quando cheguei aqui foi muito difícil. Muito medo, gente estranha, muita briga e morte. Agora deu uma melhorada. Converso só com uma vizinha aqui do lado. Logo que nós mudamos, eu fui roubada duas vezes. Se eu tivesse condições eu me mudaria daqui. Eu gostaria de voltar para lá, até mesmo lá perto. (Juraci Monteiro).

Foi muito difícil reconstruir minha vida aqui. Quando nós chegamos aqui não dava pra deixar nada pra fora. Misturou todos, era muita confusão. No início agente não tinha sossego nem pra ficar pra fora. (Naiara Silva).

O senhor Romildo expõe seu ponto de vista sobre o lugar de origem e sua casa: “para mim, em relação depois de viver aqui, lá era melhor por causa do ambiente. Eu sinto muita saudade de lá. Vou lá todos os dias, é caminho para o trabalho, passo e fico olhando, olhando ...”. Quando questionado sobre o que sente quando olha o que restou depois da remoção, o senhor Romildo coloca: “Ali foi parte da minha vida. Lá eu tinha tudo que é coisa. Eu saia, eu brincava, era alegre, tinha os amigos (...)”. Por sua vez, ao ser questionado se viu a demolição da sua antiga casa, relata: “Sim, eu vi quando eles derrubaram minha casa, foi muito difícil para mim, porque lá a casa foi feita em mutirão, meus amigos que

ajudou. Era nos finais de semana que eu ia levantando minha casinha. Juntava uma equipe que trabalhava comigo na firma. Tinha uns que era pedreiro, outros que era “oreia”³⁴ e ficava lá só pra encher o saco, mas estava ali. Era minha casa dos sonhos. Quando ficou tudo prontinho em dois meses tive que sair”.

Ao analisarmos as falas de alguns entrevistados percebemos que as formas de resistência foram pontuais, desarticuladas no espaço, o que acabou por facilitar a atuação do poder público. A ausência de engajamento ou participação coletiva são fatores que explicam certa “pacificação” em relação às decisões tomadas pelo poder público. Essa realidade pode ser observada no relato da senhora Maria Souza: “Tiraram todos nós de lá! Se você vê o matagal que tá aquilo lá, apenas fecharam! Disseram que iam fazer um bosque e outras melhorias e não fizeram. Se todo mundo tivesse batido o pé e não tivesse saído de lá, nós tinha conseguido”.

Kowarick (1979) analisa a ausência de organização social, entre os favelados paulistanos, e classifica a sociedade brasileira como amorfa, ou seja, a população, sobretudo a de menor poder aquisitivo, não se organiza de forma a defender ou assegurar seus direitos:

Poucos são os que participam de associações de bairro, grupos profissionais ou sindicatos e partidos políticos. Daí a idéia de que a sociedade civil brasileira é amorfa, frágil, (...) como se o povo brasileiro fosse, por sua própria natureza, impregnado por uma espécie de conformismo pacífico e passivo (1979, p.21-22)

Contudo, vale também considerar o que nos aponta Rodrigues: “... a vivência é tão forte, tão intensa e cansativa que não dá para pensar nas condições de existência” (1988, p.27).

³⁴ Expressão usada para designar a pessoa que apenas está entre os amigos sem a finalidade de ajudar em um trabalho, apenas para fazer companhia, “incomodar”.

Podemos refletir, diante do exposto, sobre a vivência de cada família, no que poderia ter levado a uma considerada “passividade” em aceitar a remoção. Extensas jornadas de trabalho, família numerosa, a preocupação com ‘o que comer amanhã’, as preocupações com os períodos de chuva, as noites não dormidas, na tentativa de salvar os precários utensílios domésticos e, após cada chuva, esperar pacientemente a água baixar, para, então, tentar colocar tudo no lugar novamente, e, até mesmo, o desconhecimento da legislação e dos direitos. Ou seja, a realidade cotidiana, marcada pelas dificuldades do dia a dia, impede, muitas vezes, a reflexão sobre as condições de existência, o que acaba por culminar na não-organização em prol dos interesses coletivos.

Em poucos depoimentos, encontramos testemunho de resistência à remoção. O depoimento do senhor Josias, apresenta uma exceção:

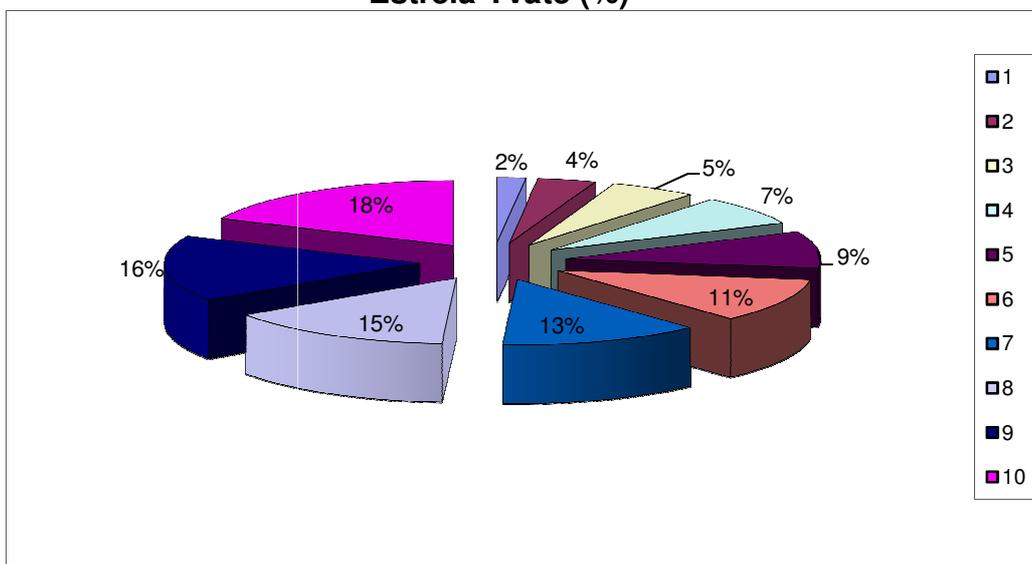
Eu jogo duro, eu sou dureza! Eu lutei pra não sair de lá, mas eles falaram que iam jogar a “patrola” em cima de nós! Iam derrubar com todo mundo dentro da casa, aí ficamos com medo, não tínhamos opção. Eles prometeram arrumar aqui também, mas não arrumaram nada! Aqui tá no chão. Lá eles arrumaram!.

A “passividade” também é evidenciada em um dos questionamentos feitos aos entrevistados: Como é a atuação do presidente da associação do bairro em torno das necessidades do local? Muitos não souberam dizer quem era o presidente da associação de bairro, outros nunca ouviram falar, outros, embora conheçam, alegam que “ele não faz nada”, dito com muita tranquilidade, como se o fato do presidente da associação “não fazer nada pelo bairro” fosse natural.

Destaca-se ainda que a construção de um expressivo número de unidades habitacionais idênticas, marcando uma homogeneidade visual no espaço, reforça a idéia de fragmentação e redução da vida. A imposição das casas pelo poder

público desencadeia uma problemática: a casa é padronizada, como se todos tivessem as mesmas necessidades. Encontramos residências com uma pessoa morando e outras com dez, o que nos fez formular a seguinte pergunta: como ajustar dez pessoas numa área de 32 metros quadrados? (Figura 13)

Figura 13
Número de pessoas residentes por casa
nos conjuntos Estrela Porá I, II e III e
Estrela Yvatê (%)



Fonte: Pesquisa de Campo
Org: Maria Amábili Alves de Castro (2005)

As famílias trabalharam na ampliação de suas casas, a mão-de-obra usada na autoconstrução vem da cooperação entre vizinhos, no sistema de mutirão, dos próprios familiares e amigos. Os finais de semana, feriados, o momento de “descanso” após o trabalho, é destinado à construção de mais cômodos na casa. É o que Rodrigues chama de sobre-trabalho, em suas palavras:

(...) a autoconstrução é um processo de trabalho extremamente penoso, com elevados custos individuais que recaem sobre os setores mais pauperizados. Há um alongamento da jornada de trabalho, que repercute na acumulação de capital, já que permite

pagar salários mais baixos e ao mesmo tempo desgasta rapidamente a capacidade produtiva de força de trabalho, sem o mínimo de descanso necessário. (2001, p.32).

Além do tempo e recursos financeiros despendidos na ampliação da casa, para muitas famílias, que precisam pagar pela nova moradia, o não “sentir-se dono” faz parte do processo de estranhamento com o lugar, como podemos observar na fala da senhora Juraci Monteiro:

Eu morava num lugar bom. Não tinha enchente, não entrava água. Minha vida lá era melhor que aqui, porque eu não precisava pagar pela casa e a luz e água não era tão cara. Lá eu pagava somente a taxa mínima.

Contrariamente, essa situação não é observada para quem conseguiu a quitação da casa; por mais que a localidade anterior traga saudade, as casas não possuíam valor de mercado, por estar em localizadas em uma área irregular e favelizada. Essa questão é observada na fala do senhor Sides, mais conhecido como “Gaúcho”:

Lá era bom pra morar, mas eu gostei de ter vindo pra cá. Isso aqui é uma benção de Deus. Isso aqui que eu tenho hoje vale dinheiro. Lá o que eu tinha não valia nada. Essa moradia que eles “me deram” é invendível. Não tenho vontade de sair daqui. Isso aqui eu ganhei quitado, não tenho preocupação com nada.

Dentre os problemas vividos pelas famílias removidas, o pagamento das prestações da casa é que mais causa transtornos, pois anteriormente não havia a preocupação com encargos de moradia, como notamos nas falas dos moradores:

Lá pra mim era melhor, porque lá a energia vinha barato e a água também. Lá era meu, eu não pagava. Ai viemos pra cá e aqui temos

que pagar e eu não tenho condições de pagar. Eu tenho que trabalhar três vezes por semana e tenho que comprar remédios porque minha mãe é doente, não pode trabalhar. Então não dá! Pra você ter uma idéia a energia aqui vem Cem Reais, já fui atrás pra eles vim aqui olhar e eles falaram que é problema na instalação, só que tem que contratar um eletricitista pra olhar. Aqui tudo é muito caro! Aqui complicou bastante pra gente! (Naiara Silva).

Eu paguei só três prestações e não apaguei mais. Porque depois que agente fica velha ninguém mais quer pra empregada, não tem mais emprego. Não é justo, tinha que ser uma troca. (Juraci Monteiro).

Mas aqui mudou muito, não consigo pagar a casa, a água é mais cara, aqui é ruim. A poeira, os vizinhos, aqui é cada um por si. (Madalena Fernandes).

Minha casa lá era três peças, não era melhor do que essa que tenho hoje, mas o lugar era bom. E aqui eu tenho que pagar essa casa. Não paguei nenhuma prestação ainda. Lá eu só pagava água e luz. (Marinalva Sobrinho).

Eu até gostei de ter vindo pra cá, mas tá essa polêmica de ter que pagar. Eu parei de pagar, paguei até um tempo porque meu velho é hipertenso e tem problema no coração e não recebe de lugar nenhum porque não colaborou com o INSS. Ele meche com mandioca. Vende mandioca por ai. Mas só que não dá nem pra comer, pagar luz, água. Vai pra dois anos que eu não consigo pagar aqui. Recebo ajuda de alguns com cesta básica e vai levando. (Sueli Gonçalves).

Considerando que o recurso destinado à construção das casas do Projeto Renascer é a fundo perdido, ou seja, a prefeitura não precisa devolver o dinheiro, cabe um questionamento: Por que a população tem que pagar? Em entrevista realizada, o secretário de Serviços Urbanos, Jorge Hamilton Torraca, quando questionado sobre o pagamento das prestações, esclareceu:

Está previsto em lei, pois o Fundo Monetário de Habitação exige que exista um Conselho Municipal de Habitação e fundo destinado à manutenção dos projetos habitacionais. O valor cobrado é 10% do salário mínimo e faz-se um contrato de 60 meses de início. Isso serve para amarrar o processo, porque tudo que se entrega de graça a valorização é menor do que uma coisa que você pagou. Essa é a visão.

Se você paga um taxa mínima, durante um período, no final a pessoa tem a quitação do lote, porque se não se cobra nada e dão a escritura no nome da pessoa, pode ter certeza que todos vendem a casa. É uma fuga muito rápida do processo. Valoriza-se o imóvel e, retém o imóvel por um período de cinco anos com a pessoa, evitando a saída delas”.

Também no que diz respeito ao pagamento das prestações das casas do projeto Renascer, o ex-superintendente de habitação do município (entrevistado no início desta pesquisa) Ataulfo Alves Stein Neto³⁵, nos informou o seguinte:

(...) Nenhum desses projetos, PSH, HBB, o beneficiário paga a casa, o que ele paga é uma tarifa de R\$ 27,00 (hoje R\$ 45,00), que vai para um fundo municipal que nós (prefeitura) temos. É para continuar comprando área, em investimento para a população. Então na verdade não paga. Isso foi uma decisão política da prefeitura. Na realidade não há o pagamento. Muitos não estão pagando e não estão sendo prejudicados. Há um bom senso por parte do poder público. Ninguém está pagando a casa, pois se estivesse pagando a casa o valor seria outro.

O fundo ao qual se refere o ex-superintendente é formado a partir das prestações pagas pela população. Esse fundo arrecadava em torno de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) mensais, havendo meses em que nem isso se arrecadava. Houve mês com arrecadação de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), ou seja, nem todos estão pagando as mensalidades das casas. Contudo, a população residente desconhece a informação, repassada pelo ex-superintendente de Habitação, de que não se “paga a casa”, muito menos sabe da existência do fundo, ao contrário, essa população vive a ameaça de perder a casa se não pagar as prestações, conforme observamos na fala do senhor Fernando:

Se eles querem receber R\$ 45,00 (que é o valor das prestações da casa), tem que dar trabalho, porque tem muita família aqui que não tem

³⁵ Entrevista realizada no dia 28/04/2005.

condições. Tem que comer, pagar água, luz e remédio e ainda diz que vão tomar a casa, isso não é perseguição?

A remoção fica reduzida à intervenção do poder público, como agente possuidor da técnica e planejamento, legitimando sua ação/intervenção no modo de planejar a cidade. Diante dessas contradições e conforme apontado, a cidade é vista, no âmbito do planejamento, na sua funcionalidade, não se levando em conta o indivíduo como agente produtor de história. Assim, nega-se a cidade como lugar das possibilidades de reprodução da vida humana, dos valores sociais e de referenciais da vida. (CARLOS, 2004)

Ao tentar resgatar parte da experiência vivida por essas famílias, na localidade anterior, apreendemos como se deu o processo de construção daquele lugar, através da apropriação simbólica, da apropriação para o uso, que, por sua vez, é marcado por imagens e sentimentos complexos, que influenciou, e influencia o comportamento e os valores. Alguns depoimentos revelam que a apropriação para o uso e a vivência, atribui significado e produzem o espaço de tal forma que a memória é capaz de produzir impacto na realidade vivida. Questionar sobre “como era a vida na outra localidade”, traz a tona sucessivas experiências mescladas por sentimentos e pensamentos, muitas vezes de perda, pelo que ficou para trás, pelo que já não existe mais. Apenas a memória é capaz de tentar preencher o vazio que ficou. Isto se evidencia quando questionados sobre uma possível oportunidade de voltar para o lugar de origem:

Eu iria! Se eu achasse alguém para eu fazer “marreta” eu iria! Lá eu plantava, tinha minha horta! Tento plantar aqui, mas o espaço é pequeno. Do mesmo jeito que eles deram para nós aqui, podiam ter dado lá, ter arrumado lá! Porque tinha muito lugar lá que era seco e não corria água. Eu me sinto sozinha aqui. Minhas amizades ficaram lá. Há um ano coloquei aqui a venda, depois pensei: trocar isso aqui a troca de mixaria e depois viver de aluguel? Se eu achasse troca, ai tudo bem. (Maria Souza)

Eu não gosto daqui, tenho vontade de voltar para lá, se eu pudesse iria. Se eu achasse negócio aqui eu faria na hora. Largava tudo aqui e iria. Todo mundo ficaria alegre se tivesse arrumado lá. Colocaram agente num beco sem saída. Você entrou por ali e tem que voltar por ali. Não tem outra saída. Lá era tudo pertinho, aqui tem que dar toda essa volta. (Senhor Fernando)

Outros, ainda, não satisfeitos com a situação de imposição pelo poder público, e diante dos conflitos e contradições que a nova localidade oferece, sonham com uma oportunidade de ir em busca de um novo lugar onde se sintam acolhidos, onde possam vivenciar o sentimento de pertencimento, numa tentativa de resgatar o que ficou para trás, como é o caso do senhor Romildo:

Quando eu mudei para cá perdi tudo! É uma decepção muito grande. Lá era um sonho meu! Queria construir minha família, ter filhos! Lá era o céu, muito bom! Não tenha ninguém para “encher o saco”, pessoal bom, gente muito conhecida. Lá era uma família só.

Em sua análise, Tuan (1983) pontua que a experiência é a capacidade de aprender a partir da própria vivência, e que ela é constituída de sentimentos e pensamento. Assim, pode-se afirmar que se a vivência é conflituosa e desgastante para o indivíduo, a superação do estranhamento é muito mais complexa. Não existe um “conhecimento do lugar” e, conseqüentemente, não se pode dotá-lo de valor, de referência de vida, pois o homem é resultado de sua experiência íntima com o lugar. O “lá fora” é um espaço embaraçado.

Assim, evidencia-se que a satisfação da necessidade habitacional não se restringe apenas à provisão de unidades residenciais, pois, torna-se necessário que as condições de implantação atendam a realidade vivida, sendo premente que se considere, inclusive, novos mecanismos de inclusão social.

Cabe, agora, a cada família, o desafio de reconstruir seu novo lugar, com seus anseios, desejos, aspirações e valores, adaptando as suas necessidades ao

novo local de moradia, que nunca será como o lugar anterior. Tudo mudou, tudo se reconstrói gradativamente, dia após dia, na luta pela sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreendermos as formas de reprodução das relações no novo lugar, resgatamos o processo de ocupação do lugar anterior, através do relato de cada entrevistado, buscando referenciais, sentido, significado para a construção do novo lugar, pois na construção do novo, cada indivíduo tende a reproduzir o lugar anterior através da prática socioespacial. Assim, as tramas sociais desenroladas na área da Vila Cachoeirinha e nos conjuntos Estrela Porã I, II e III e Estrela Yvatê estão fortemente interligadas, pois os novos conjuntos construídos só existem a partir das relações estabelecidas com o local de moradia anterior, a área da Vila Cachoeirinha.

Para as famílias removidas, pensar no novo local de moradia, na “nova vida” só é possível a partir dos referenciais de vida anteriores, nos laços e traços delineados nas trajetórias de vida anteriormente vividas e construídas. Contar a vida a partir de algo que já não existe concretamente é trazer à tona e reviver toda uma história guardada na memória. Sem perceber, ao construir uma nova vida no novo lugar revive/reproduz-se toda uma vida passada.

Tenta-se dar forma e conteúdo ao presente com base no modo de vida anterior, pois a casa anterior é a ponte com o passado. Dar conteúdo a uma forma que não foi construída por cada indivíduo, ou por cada família, é um desafio que se renova dia a dia. Significa reconstruir o pomar e todos os dias regar as

árvores até que elas cresçam e produzam frutos. Leva-se tempo. Levará tempo para que a sensação de estranhamento e não-pertencimento ao lugar amenize o vazio que o “córrego” deixou.

Chegar ao outro lado do “córrego” é o que mantém a memória renovada por intermédio de histórias contadas e na saudade que ficou. O córrego Água Boa, que anteriormente unia todas as famílias em torno da história de construção da área, por cada indivíduo em sua singularidade, hoje separa histórias, pessoas, famílias. Uns ficaram, outros foram, estão do outro lado do “córrego”, agora em um novo tempo-espço. Tudo ficou distante, a vida se distanciou, embora a distância não seja um empecilho para muitos.

O movimento da vida cotidiana, as relações estabelecidas com o bairro, dos indivíduos entre si, na relação de vizinhança, com o mercado, com a escola, a igreja, enfim, a teia de relações estabelecidas, não é somente com a casa em si, mas com toda a extensão para além da casa. A casa é apenas o ponto de partida, e é a ação dos habitantes, a práxis socioespacial, que contesta as formas de gestão do espaço pelo poder público, onde não se leva em conta o indivíduo e as relações sociais que se estabelecem no espaço.

Difícil viver da forma que se vivia antes, com chuva, enchente, vento e frio que penetravam pelas frestas de alguns barracos! Sim, muito difícil, mas a familiaridade com cada imagem do lugar vivido, construído, é o que sustentava a vida, mesmo com toda dificuldade de se viver. Ver a casa construída com tanto sacrifício ser destruída para dar lugar a uma rua é mais difícil do que as intempéries vividas.

Cidadania e qualidade de vida é o que defendia o discurso do poder público para que a remoção acontecesse. “Mas de que cidadania ou qualidade de

vida estão falando de fato?” Foi o que indagou a moradora Naiara Silva, do conjunto Estrela Porá III: “Eles falaram que lá era uma área de risco, mas se for pensar a gente corre mais risco aqui do que lá”. A depoente acima se refere à criminalidade que ela observou quando se mudou para o novo bairro. “Muita confusão e briga, gente matando gente por coisa à toa” é como ela se referiu ao novo local de moradia.

Qualidade de vida? Vivenciada de forma duvidosa por cada morador entrevistado, mas vista de forma clara e objetiva pelo poder público: “Qualidade de vida para as novas famílias que não estão mais convivendo com as enchentes, doenças trazidas pelo esgoto que é despejado nas águas do córrego Água Boa”. Resposta rebatida pela própria moradora Naiara, quando aponta que após o fim da chuva, a água escorria e tudo voltava ao normal. E agora?

Isto nos leva a questionar: é mais arriscado à vida, morar em um lugar atingido por enchente, ou morar em um lugar em que a qualidade material da moradia pode ser melhor, mas se convive com o medo e a insegurança? “Mistureira” e “confusão” foi o que praticamente todos os entrevistados alegaram como fatores que mais incomoda no novo local de moradia.

Questionamentos como esses que nos fazem refletir sobre a lógica de atuação do poder público e que só quem está vivenciando este processo na essência é que pode traçar um panorama de como é viver e sentir essa realidade de vida. Para o poder público, atrelado à “qualidade de vida” no processo de remoção, está a “inclusão social”: retirar das péssimas condições vividas anteriormente – remover, construir casas, posto de saúde, escola, CEIM (Centro de Educação Infantil Municipal), e um CRAS (Centro de geração de emprego e renda) – toda infra-estrutura necessária para se reproduzir “com dignidade”.

O Centro de geração de emprego e renda oferece cursos para a população como: manicure, padeiro, confeitiro, etc, com o objetivo de dar um ofício a quem não tem. Contudo, poucos têm tempo para freqüentar os cursos oferecidos, pois precisam trabalhar. Por outro lado, o fato de fazer o curso, não garante o emprego, nem o poder público se compromete ou tem condições de se comprometer em empregar essas pessoas. Oferecer cursos de capacitação não garante a justiça, os direitos humanos, o exercer da cidadania, saúde, emprego. Não apaga o medo, a insegurança e dependência dos órgãos governamentais. Assim, revela-se, na prática, que o discurso defendido pelo poder público não está em consonância com a verdadeira inclusão social, pois muitos referenciais e valores foram perdidos no processo de remoção.

As ações do poder público limitam os usos da cidade, colocando o indivíduo como objeto estranho no espaço que ocupa, ocasionando o desencontro entre o indivíduo e a cidade, e reforçando a fragmentação do espaço.

A iniciativa da remoção, com a preocupação de auferir qualidade de vida, em relação ao aspecto de higiene é salutar, porém, a população não participou do processo e não foi consultada a respeito do que seria melhor para os que vivenciava essa realidade cotidianamente.

As transformações morfológicas, dentro dos novos conjuntos, vão revelando a constituição de um novo tempo por intermédio de novas formas e usos do espaço³⁶, colocando como desafio para cada família removida, em reconstruir a complexidade da trama da vida.

³⁶ Para Carlos: “o espaço contém uma vida presente que se realiza com bases nos referenciais que se produzem ao longo do tempo pelo uso” (2001, p.330).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. *O poder Simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.
- BRITO, Márcia Aparecida de. *Os vazios urbanos e o processo de redefinição socioespacial em Dourados –MS*. Dourados, 2004. Relatório de Qualificação (Mestrado em Geografia). UFMS – Campus de Dourados.
- CALIXTO, Maria José Martinelli. *A política habitacional em Dourados-MS: entre a realidade e o discurso*. Revista de Geografia, Dourados, AGB, n. 11, p.47-52, 2000.
- _____. *O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS*. Presidente Prudente, 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT/UNESP.
- _____. *O espaço urbano em redefinição: cortes e recortes para uma análise dos entremeios da cidade*. Dourados: UFGD, 2008.
- CAMPOS FILHO, Cândido Malta. *Cidades Brasileiras, seu controle ou caos*. São Paulo: Nobel, 1999.
- CARLOS, Ana F. A. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1992.
- _____. *Espaço-Tempo na Metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. *O sentido da cidade: as possibilidades da análise geográfica*. In: BELTRÃO SPOSITO, Maria E. (org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: [s.n.], 2001, p. 421-431.
- _____. *O espaço urbano: novos inscritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CASTRO, Maria Amábili Alves de. *Produção Habitacional e Inclusão Social: O Projeto Renascer e o poder público municipal na produção habitacional em Dourados-MS (2001 a 2004)*. Dourados, 2006. (Monografia) –UFMS – Campus de Dourados.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1989.

CORREA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ed Ática, 1995.

DEMO, Pedro. *Charme da Exclusão Social*. Campinas: Autores Associados, 2002.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo, Ed. USP, 1993.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Layola, 1989.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação Urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Ed. Documentos, 1969.

_____. *A cidade do Capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LE MOS, Amália Inês Geraiges de. O sentido da cidade hoje: reflexões teóricas. In: BELTRÃO SPOSITO, Maria E. (org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: [s.n.], 2001, pp. 433-443.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Para compreender e temer a exclusão social*. Vida Pastoral, ano XLV, nº 239. São Paulo: Paulus, 2004.

PELUSO, Marília Luiza. A Casa Própria e o Sonho. In: SILVA, José Borzacchiello da. *A Cidade e o Urbano*. Fortaleza: EUFC, 1997.

RIBEIRO, Luis César de Q. *Notas sobre a renda da terra urbana*. Chão - Revista de Arquitetura, Rio de Janeiro, v.5, p. 18-23, 1979.

RODRIGUES, Arlete M. *Na procura do Lugar o encontro da Identidade*. São Paulo, 1998 Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH/USP.

_____. *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. *Por uma outra globalização. Do pensamento único a consciência universal*. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2002.

SEABRA, Odete C. de Lima. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza Martins. (org.) *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996, pp.71-86.

SILVA, Mário Cezar Tompes da. *Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados-MS*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Geografia) - FFLCH/USP.

SINGER, Paul. *O uso do solo urbano na economia capitalista*. In: Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: AGB, N.57, 1980, p.77-99.

TELLES, Vera da Silva. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: TELLES, Vera da Silva; Cabanes, Robert (org): *Nas tramas da cidade: Trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanistas, 2006.

TUAN, Yi, Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

VILAÇA, Flávio. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo: Global, 1986.

ANEXOS